

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	76
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	77
10.5 - Políticas contábeis críticas	80
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	92
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	93
10.8 - Plano de Negócios	94
10.9 - Outros fatores com influência relevante	97

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos:

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Entretanto, o departamento de Gerenciamento de Projetos mapeou os riscos aos quais a Companhia está exposta, e que está em fase de validação interna, de modo que a unidade de Compliance, em conjunto com o referido departamento, aprimorará suas ferramentas de controle por meio de desenvolvimento de treinamentos específicos para funcionários e fornecedores, preenchimento de questionários e entrevistas periódicas com as áreas de risco da Companhia, no sentido de prevenir condutas inapropriadas e estancar deficiências, com o intuito de melhor identificar e analisar os riscos aos quais estamos expostos e definir limites, controles e monitoramento de riscos apropriados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Devido à natureza de nosso negócio e ao curso normal de nossas atividades, buscamos proteção essencialmente contra riscos relacionados aos nossos negócios, ao nosso setor de atuação e sua regulamentação, conforme descritos no item “4.1 - Descrição dos fatores de risco” deste Formulário de Referência.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Ainda não possuímos uma estrutura formal de gerenciamento de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A matriz de risco desenvolvida internamente teve por objetivo identificar os principais riscos aos quais a Companhia está exposta. Entendemos que, após a sua validação interna, que ocorrerá no ano de 2018 e revisões periódicas, a serem conduzidas pela unidade de Compliance, teremos condições de verificar a sua efetividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos do mercado

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos do mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção.

Devido à natureza de nosso negócio e ao curso normal de nossas atividades, buscamos proteção essencialmente contra riscos macroeconômicos e operacionais, riscos associados à nossa liquidez, às taxas de inflação, às taxas de juros e à flutuação da taxa de câmbio. Nossa gerenciamento de risco busca identificar e analisar os riscos aos quais estamos expostos a fim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós e nossas controladas não fazemos uso recorrente de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois:

- Acreditamos que os riscos aos quais estão habitualmente expostos nossos ativos e passivos e das nossas controladas compensam-se mutuamente no curso natural de suas atividades operacionais, constituindo situação de *hedge* natural;
- Com relação às nossas dívidas financeiras, nossa exposição às dívidas denominadas em moeda estrangeira no Brasil não é material a ponto de trazer maiores riscos. Com relação à nossa subsidiária na Colômbia, sua dívida denominada em dólar possui um *hedge* natural com a sua estrutura de receitas, a qual também é referenciada em dólar;

Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades, com a maior parte do nosso caixa aplicados em Títulos do Tesouro Brasileiro.

Em determinados momentos, como já aconteceu, podemos vir a fazer uso de instrumentos de *hedge* para a proteção de algum descasamento de moeda que venha a ocorrer momentaneamente. Para isso, nossa diretriz é de sempre buscar instrumentos derivativos simples, como por exemplo os contratos a termo de moeda sem liquidação física (NDF).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Conforme acima disposto, não operamos instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Ainda não possuímos uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são os seus objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Ainda não possuímos uma estrutura formal de gerenciamento de riscos. Adotamos um perfil conservador de investimentos e a maioria dos nossos investimentos estão aplicados em um fundo conservador.

Além da estrutura descrita acima, possuímos:

- (a) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas, que é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de finanças, pelo que lhe compete assessorar o Conselho de Administração em nossas políticas de finanças corporativas, plano de investimentos, financiamento, bem como acompanhar e analisar sua efetividade e implementação;
 - (ii) matérias de auditoria, pelo que lhe compete manifestar-se sobre o relatório e as contas da Administração, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à assembleia geral ordinária e avaliar o escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela empresa de auditoria independente por nós contratada ou de nossas controladas; e
 - (iii) matérias de contratação de partes relacionadas, pelo que lhe compete manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre nós e nossas controladas/coligadas, nossos membros da administração, nosso Acionista Controlador, e, ainda, nós e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando-se aquele que for maior.
- (b) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração, que é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de governança, pelo que lhe compete assessorar nosso processo de implementação de boas práticas de governança corporativa e recomendar as alterações necessárias nas práticas por nós adotadas;
 - (ii) matérias de sucessão, pelo que lhe compete acompanhar e avaliar o processo de planejamento sucessório dos membros da nossa Diretoria e de nossas controladas, bem como de nossos empregados que ocupam cargos estratégicos e de nossas controladas; e
 - (iii) matérias de remuneração, pelo que lhe compete revisar e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o nosso Conselho de Administração (acompanhando seus principais indicadores).

Adicionalmente às informações prestadas acima, esclarecemos que nosso Conselho de Administração tem como atribuição a gestão de nosso Código de Conduta, o qual tem por

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia e de suas controladas e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os colaboradores.

Em decorrência da promulgação da lei Anticorrupção nº 12.846, de agosto de 2013, nosso Código de Conduta foi alterado, de forma que também passou a ser de responsabilidade do nosso Conselho de Administração a função *Compliance*, a qual tem por finalidade orientar os profissionais da Companhia quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

Assim, a função *Compliance* permitirá que a Companhia e seus colaboradores ajam em conformidade com as normas, políticas e diretrizes que regulamentam os negócios de uma empresa, além de buscar detectar e, punir, conforme o caso, o desvio de comportamento, e a consequente, ocorrência da inconformidade.

Para maiores informações sobre nossa estrutura de administração, vide o item “12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa” deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossas diretrizes de administração de risco e de nossas controladas foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos os quais enfrentamos a fim de estabelecer limites apropriados e monitorar controles e aderência aos limites. Tais diretrizes são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e em nossas atividades e de nossas controladas e controladas em conjunto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Acreditamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais, atualmente a Companhia possui o sistema ERP RM (TOTVS).

Devido a limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. As projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Controladoria para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicadas.

A Companhia também possui os seguintes comitês com seus respectivos regimentos internos para apoia-la em seus controles: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (ii) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas.

(c) supervisão dos controles internos pela administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gerência de controladoria é responsável pela revisão dos controles internos adotados que garantem a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de forma razoável e em todos os aspectos relevantes de confiabilidade. A Companhia não possui plano de auditoria interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos e procedimentos contábeis que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

A Carta de recomendação sobre os controles internos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi emitida em 07 de maio de 2018.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. Sendo um relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno, essas recomendações visam a melhoria continua no aspecto sistêmico e de governança. A Companhia, ao longo dos últimos anos, vem adotando medidas que visam as melhorias necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

- (i) **(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;**

A Companhia aprovou em 18 de novembro de 2015 o Código de Ética e Conduta, o qual tem por objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os colaboradores.

A Companhia também criou o Manual de Compliance, aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de novembro de 2015, o qual tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos da função compliance na Companhia, com a finalidade de orientar os profissionais da Companhia, quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

A Companhia possui publicada também a Política de Integridade, desde 1 de agosto de 2017, a Política de Integridade cujo propósito é conceituar e descrever as normas relativas as práticas contra suborno e contra corrupção em todas as operações envolvendo a Companhia, com o intuito de orientar os negócios da Companhia no sentido de evitar quaisquer desvios de conduta e/ou inconformidades que possam ocorrer e, assim manter a integridade da mesma. Também tem por objetivo destacar os requisitos de Compliance específicos relacionados a essas diretrizes e proibições, a fim de reforçar o compromisso da Companhia em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade.

A Política de Integridade deve ser lida juntamente com o Código de Ética e Conduta da Companhia e com as demais políticas e procedimentos relacionados e se aplica às operações internacionais da Companhia e a quaisquer atividades de negócios administradas ou conduzidas em nome da Companhia por terceiros, inclusive parcerias (joint ventures). Todo diretor, conselheiro, administrador e colaborador deve inteirar-se desta Política e obedecer à mesma.

Esta Política proíbe toda e qualquer prática de corrupção ou suborno, independentemente dos valores envolvidos, vantagens auferidas e entes envolvidos (funcionários do governo, empresas públicas e privadas, pessoas físicas ou jurídicas). O cumprimento desta Política é regularmente auditado e está sujeito aos procedimentos de controles internos da Companhia.

Esta Política está sujeita a alterações, segundo recomendação da unidade de Compliance, com base em mudanças nas demais políticas aplicáveis ou nas leis e regulamentações relevantes.

Adicionalmente, a Companhia embora não possua uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, possui uma matriz de risco que está em fase de validação interna, de modo que a unidade de Compliance, em conjunto com o departamento de Gerenciamento de Projetos, aprimorará suas ferramentas de controle por meio de desenvolvimento de treinamentos específicos para funcionários e fornecedores, preenchimento de questionários e entrevistas periódicas com as áreas de risco da Companhia, no sentido de prevenir condutas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

inapropriadas e estancar deficiências, com o intuito de melhor identificar e analisar os riscos aos quais estamos expostos e definir limites, controles e monitoramento de riscos apropriados.

Entendemos que, no decorrer deste ano, após formalização da matriz de risco, será estabelecida a periodicidade das revisões, a serem conduzidas pela unidade de Compliance, bem como, a Companhia terá condições de verificar a sua efetividade.

Não obstante, a Companhia criou (i) um vídeo de Compliance com abordagem do Código de Ética e Conduta o qual é transmitido aos seus colaboradores via intranet; (ii) informativos sobre o programa de integridade que são disponibilizados mensalmente na intranet; (iii) treinamentos periódicos envolvendo todos os colaboradores e a alta administração da Companhia; (iv) cláusula contratual sobre Ética, Conduta & Compliance; (v) mascote do Compliance com o intuído de reforçar a observância das normas de Ética, Conduta & Compliance da Companhia; (vi) procedimento para emissão e acompanhamento de procurações envolvendo entes públicos visando o cumprimento das regras de Ética, Conduta & Compliance da Companhia; e (vii) e-mail para envio e esclarecimento de dúvidas pertinentes ao Compliance.

Tais diretrizes são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e em nossas atividades.

- (ii) **(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

O Conselho de Administração tem como atribuição a gestão do Código de Ética e Conduta, bem como a partir da Lei Anticorrupção nº 12.846, a função *Compliance*, a qual tem por finalidade orientar os profissionais da Companhia quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

Assim, a função *Compliance* do Conselho permitirá que a Companhia e seus colaboradores ajam em conformidade com as normas, políticas e diretrizes que regulamentam os negócios de uma empresa, além de buscar detectar e, punir, conforme o caso, o desvio de comportamento, e a consequente, ocorrência da inconformidade.

Adicionalmente, foi nomeado um *Compliance Officer* na Companhia, que fica subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, e que assegurará o cumprimento Código de Ética e Conduta bem como, irá realizar e aprovar as modificações necessárias do Código, sanar as dúvidas dos colaboradores, de terceiros, investigar toda e qualquer denúncia recebida e auditar os procedimentos internos das áreas de negócios da Companhia.

Foi criado também uma comissão investigativa a fim de assessorar o *Compliance Officer* na investigação e apuração de denúncias específicas. O *Compliance Officer* deverá designar 2 (dois) membros de cada uma das seguintes áreas: jurídico, financeiro e recursos humanos, para receberem treinamentos específicos para, quando necessário, integrarem a comissão investigativa. Os membros desta comissão deverão apurar todas as informações possíveis acerca da denúncia, e ao fim das investigações transmitirem ao *Compliance Officer* relatório conclusivo por escrito e assinados por todos os membros da comissão investigativa, acompanhada das provas apuradas. Todos os membros da comissão investigativa receberam treinamento específico a respeito de investigações internas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Com o intuito de auxiliar no esclarecimento de dúvidas e questões pertinentes ao Compliance a Companhia implementou uma unidade de Compliance cujo contato poderá ser realizado através do endereço eletrônico: unidadedecompliance@alupar.com.br.

- (iii) **(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
- (iv) O Conselho de Administração da Companhia aprovou formalmente em 18 de novembro de 2015 o Código de Ética e Conduta.
- (v) **(a) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- (vi) O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os colaboradores, incluindo seus administradores, prestadores de serviços e, consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócio da Companhia.
- (vii) **(b) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- (viii) A Companhia criou, como forma de treinamento, um vídeo de Compliance com abordagem do Código de Ética e Conduta o qual foi transmitido aos seus colaboradores via intranet em maio de 2018. O vídeo está disponível nas salas de reunião da matriz da Companhia, para que seja repassado aos fornecedores, prestadores de serviço e parceiros, com o intuito de consolidar os seus padrões éticos.
- (ix) **(c) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Em caso de constatação de condutas praticadas em desacordo com o Código de Ética e Conduta, poderão ser adotadas medidas punitivas, tais como, advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, as quais em nada prejudicarão as sanções previstas em lei, para salvaguardar a reputação e a imagem da Companhia, reafirmar os valores éticos previstos no Código, bem como, observar as normas e legislações aplicáveis.

Tais sanções estão previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

- (x) **(d) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**
- (xi) O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de novembro de 2015.

O Código de Ética e Conduta da Companhia está disponibilizado para consulta no endereço eletrônico <http://www.alupar.com.br> bem como, na intranet da Companhia.

b) canal de denúncia

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

Para o canal de denúncias foi criado um correio eletrônico específico e de acesso exclusivo do Compliance Officer, eleito pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse correio eletrônico específico é totalmente apartado da infraestrutura atual da Companhia, ou seja, a hospedagem das informações recebidas está a cargo de um servidor externo. A área de TI não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

possui qualquer acesso ou autorização para administração deste correio, sendo acessada exclusivamente pelo Compliance Officer.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

A Companhia disponibiliza para os seus colaboradores e/ou qualquer, um canal de denúncias divulgado no endereço eletrônico <http://www.alupar.com.br>.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e

O envio das dúvidas e/ou denúncias de situações que possam representar o descumprimento das regras previstas no Código de Ética e Conduta, poderá ser feito de forma anônima ou não, preservando-se o sigilo da identidade do denunciante e das informações enviadas, haja vista a armazenagem das informações ficarem em servidor externo.

O Código de Ética e Conduta exige e assegura não só a obrigação de confidencialidade pelo Compliance Officer, como pela Comissão Investigativa, mas também a preservação dos direitos do denunciante, que não poderá ser perseguido ou retaliado.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

O Compliance Officer, eleito pelo Conselho de Administração, é o responsável pelo recebimento e apuração das denúncias.

Existe também uma comissão investigativa a fim de assessorar o Compliance Officer na investigação e apuração de denúncias específicas. O Compliance Officer deverá designar 2 (dois) membros de cada uma das seguintes áreas: jurídico, financeiro e recursos humanos, para receberem treinamentos específicos para, quando necessário, integrarem a comissão investigativa. Os membros desta comissão deverão apurar todas as informações possíveis acerca da denúncia, e ao fim das investigações transmitirem ao Compliance Officer relatório conclusivo por escrito e assinados por todos os membros da comissão investigativa, acompanhada das provas apuradas. Todos os membros da comissão investigativa receberam treinamento específico a respeito de investigações internas.

c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza nestes casos uma auditoria legal, contábil, financeira e operacional, juntamente com o assessoramento de escritório(s) externo(s) especializado(s), visando obter um retrato que seja o mais próximo possível da realidade da sociedade a ser adquirida e/ou fundida.

d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil pode ter impacto adverso no nosso resultado na medida em que pode inibir o crescimento econômico do País e, consequentemente, a demanda por energia. E, para exercer nossas atividades, necessitamos de elevado investimento de capital, o qual, em sua maioria, é financiado com recursos de terceiros e remunerados com taxas de juros pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor consolidado de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo) era de R\$4,8 bilhões. Desse montante, 24,0% estão indexados à TJLP, 31,0% à taxa do CDI, 7,1% a taxas pré-fixadas, 16,1% à cesta de moeda e 21,8% ao IPCA. Na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá haver aumento nos nossos custos do serviço da dívida e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar redução na demanda pelos nossos serviços ou ter um impacto adverso nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos resultados de nossas operações.

Além dos fatores econômicos, a Companhia pode ser afetada pelo GSF, que pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, usualmente ocasionado pelo risco hidrológico, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente levando-se em conta a Garantia Física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora necessita comprar os MWh faltantes para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE, o que pode impactar negativamente a nós e a nossos resultados.

Em maio de 2015, devido as primeiras disputas judiciais e requerimentos sobre a aplicação do fator de ajuste da garantia física das usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a ANEEL deu início a Audiência Pública nº 032/2015, que resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, que foi o resultado da edição da Medida Provisória nº 688/2015, em agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Nossas controladas Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A. e Ferreira Gomes Energia S.A. aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR (Ambiente de Contratação Regulado). A adesão à repactuação teve efeitos retroativos a partir de janeiro de 2015, e conta com a desistência das ações judiciais que protegia as usinas do Grupo contra os efeitos do GSF.

A Companhia contabilizou os efeitos positivos da repactuação para as empresas que aderiram no Resultado de 4T15. É importante ressaltar que este prêmio (vide tabela), com correção pelo IPCA, passará a ser pago apenas após a quitação do “ativo gerador”, sendo para Foz do Rio Claro e Ijuí a partir de julho de 2020 e para Ferreira Gomes a partir de maio de 2029.

A tabela abaixo apresenta o resultado da adesão ao ACR em 2015, por Usina, por meio de despachos publicados pela ANEEL:

Ativo	Garantia Física no CCEAR (MWh)	Prêmio - data base Janeiro/2015	Produto de Adesão	Valor do Produto REN 684/2015	Despacho ANEEL
UHE São José (Ijuí)	29,48	R\$ 9,50/MWh	SP 100	33,55	DSP nº 027/2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

UHE Foz do Rio Claro	39,0	R\$ 9,50/MWh	SP 100	33,55	DSP nº 083/2016
UHE Ferreira Gomes	105,0	R\$ 2,50/MWh	SP 92	18,26	DSP nº 140/2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Entendemos não haver quaisquer informações relevantes adicionais a serem apresentadas nessa Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A seguinte IFRS nova e revisada emitida cuja data de adoção inicial ainda não se efetivou é a IFRS 16.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 5.606,8 milhões, o que representa uma variação positiva de 23,01% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de capital social no montante de R\$833,5 milhões, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 4 de abril de 2017 realizado por meio da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações, ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. O montante total de R\$ 833,5 milhões corresponde à subscrição total de 128.224.999 ações, sendo 45.520.639 ações ordinárias e 82.704.360 ações preferenciais de emissão da Companhia, incluindo certificados de depósito de ações lastreados em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia. As demais variações ocorreram pelo aumento da conta reserva em R\$172,6 milhões, aumento dos resultados abrangentes no montante de R\$11,8 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2017 e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R\$ 64,2 milhões.

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4.557,8 milhões, o que representa uma variação positiva de 12,1% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2015. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de capital social no montante de R\$523,0 milhões, tendo o primeiro aumento ocorrido em 20 de abril de 2016 no montante de R\$173,0 milhões através de capitalização da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações à razão de 6,5% e o segundo aumento ocorrido em 21 de julho de 2016 no montante de R\$350,0 milhões através de subscrição de novas ações. O montante total de R\$523,0 milhões corresponde à subscrição total de 125.984.470 ações sendo 92.989.859 ações ordinárias e 32.994.611 preferenciais. As demais variações ocorreram pelo pagamento de dividendos adicionais proposto no montante de R\$75,0 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e pela redução dos resultados abrangentes no montante de R\$45,0 milhões negativos referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2016.

Em função do nosso volume de investimentos na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de nossas dívidas, captamos com terceiros recursos da ordem de R\$972,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo 21,58% superior ao montante de R\$ 800,0 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo que nesses exercícios realizamos o pagamento de principal e juros das dívidas no valor de R\$1.144,8 milhões, sendo 13,86% inferior ao montante de R\$1.329,1 milhões pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O montante de R\$1.022,9 milhões, captado em 31 de dezembro de 2015, foi superior 21,79% ante o montante de R\$800,0 milhões captado em 31 de dezembro de 2016, sendo que no exercício de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de dezembro de 2015 realizamos o pagamento de principal e juros das dívidas de empréstimos e financiamentos no valor de R\$921,2 milhões, inferior 30,68% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em que realizamos o pagamento de principal e juros das dívidas de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.329,0 milhões.

Índices de liquidez

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa liquidez corrente, calculada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, foi de 2,11, superior em 45,49% quando comparado ao índice de liquidez corrente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de 1,45, que por sua vez foi 19,80% superior em relação ao índice de liquidez corrente de 1,21 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa liquidez geral, calculado pelo ativo circulante somado ao ativo não circulante dividido pelo valor do passivo circulante somado ao passivo não circulante, foi de 1,96, superior em 8,53% quando comparada à liquidez geral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de 1,80, que por sua vez foi superior em 6,33% em relação a nossa liquidez geral de 1,70, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Acreditamos que nossos índices de liquidez acima informados representam disponibilidade de recursos suficientes para cobertura de nosso passivo.

(b) estrutura de capital

Nossa estrutura de capital consolidada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passou a contar com 54,1% de recursos próprios e 45,9% de capital de terceiros, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossa estrutura de capital consolidada registrou 49,9% de recursos próprios e 50,1% de capital de terceiros e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, nossa estrutura de capital consolidada registrou 46,8% de recursos próprios e 53,2% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, possuímos uma relação dívida bruta sobre patrimônio líquido total de 85,0%, 100,2% e 113,8%, respectivamente.

Entendemos que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado para o setor de atuação da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, da era de R\$2.981,9 milhões, representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nosso capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 2.148,5 milhões, representado por 554.233.455 ações ordinárias e 196.652.815 ações preferenciais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nosso capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 1.625,3 milhões, representado por 461.243.596 ações ordinárias e 163.658.204 ações preferenciais. Todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são nominativas, escriturais e sem valor nominal. Possuímos um capital autorizado de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias e/ou ações preferenciais. O nosso Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até esse limite, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 8º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Acreditamos ter geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos prever que tal situação se mantenha.

Nossa dívida bruta (total de empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) totalizava R\$ 4.763,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, R\$4.567,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e R\$4.628,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Nossa dívida líquida ajustada considera nossa “Dívida Bruta” menos as disponibilidades, as quais são a soma das rubricas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, “Investimentos de Curto Prazo” e “Títulos e Valores Mobiliários”, tendo atingido R\$2.688,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, valor inferior em 26% ao registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 que foi de R\$3.633,4 milhões, que por sua vez foi inferior em 6,9% ao valor registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$3.902,3 milhões. A posição consolidada das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$2.074,5 milhões, R\$934,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, e R\$726,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015.

É importante ressaltar que, nosso EBITDA consolidado (calculado conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência e na Instrução CVM 527) foi de R\$1.170,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$1.329,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.150,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Nossa dívida de longo prazo, que corresponde a 77,09% de nossa dívida bruta em 31 de dezembro de 2017, possui um horizonte largo de amortização, com 65,66% dessa dívida sendo amortizada até 2021 e 34,34% após esse período. Outro ponto importante é que 84,7% dessa dívida bruta refere-se ao endividamento das nossas subsidiárias, sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados junto ao BNDES e outras instituições de fomento.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não-circulantes (*capex*), utilizamo-nos do caixa gerado por nossas atividades, de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha, bem como de emissão de debêntures.

Acreditamos estar em uma situação confortável em relação às nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) nossa qualidade de crédito determinada por agências internacionais de classificação de risco; (iii) nosso limite de crédito não utilizado; e (iv) a qualidade de nossas subsidiárias, as quais nos permitem financiar investimentos de capital utilizando-nos da modalidade de *project finance*.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dentro de nossa estratégia de crescimento, as necessidades de financiamento para novos investimentos de capital (construção de novos ativos) são usualmente buscadas junto ao BNDES e outras instituições financeiras de desenvolvimento, juntamente com outros financiamentos estruturados de dívidas públicas ou privadas, além da utilização da nossa geração interna de caixa decorrente de nossas subsidiárias em operação.

A necessidade de eventual captação fora destas linhas é, em geral, justificada pelo alongamento do perfil de endividamento e pela manutenção dos níveis de alavancagem que são adequados tanto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1(g) abaixo) ou através de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo descrevemos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes tanto para nós quanto para nossas controladas.

Finaciadora de Estudos e Projetos – FINEP

Alupar

Em 17 de dezembro de 2009, celebramos com a Finaciadora de Estudos e Projetos – FINEP contrato de financiamento em que a FINEP concedeu um crédito no valor de R\$72.840.822,74, desembolsado em quatro parcelas. Sobre o valor principal, incidem juros de 8% ao ano. O contrato possui vencimento em 15 de maio de 2018 e é garantido por fiança prestada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”). O empréstimo tem como objetivo custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração do Projeto “Estudos e Projetos para Pré-Investimento em Infraestrutura”. A FINEP poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses usuais, nos casos de (i) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida à FINEP; (iii) inexatidão nas informações prestadas à FINEP pela Companhia, objetivando a obtenção do financiamento ou durante a execução do contrato; (iv) paralisação culposa do projeto; (v) outras circunstâncias que, a juízo da FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Companhia das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento; (vi) inadimplemento de qualquer obrigação assumida no contrato por parte da Companhia; ou (vii) recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação à Companhia e/ou seu garantidor, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado. Adicionalmente, este contrato prevê nossa obrigação de notificar a FINEP de todas as alterações realizadas no nosso capital social e/ou estrutura societária, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial competente.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

STN

Em 25 de junho de 2004, a STN, uma de nossas subsidiárias, celebrou contrato de financiamento por meio de escritura particular de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor de R\$299.995.032,33. Sobre o valor do principal, incidem juros de 10% ao ano. A amortização é realizada em 216 prestações mensais e sucessivas, vencendo a última em 25 de junho de 2024. O financiamento tem como finalidade a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, com origem na subestação de Teresina II e término na subestação Fortaleza II, conforme contrato de concessão 005/2004 – ANEEL. Para garantir que quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento sejam cumpridas, há (i) penhor da totalidade das nossas ações ordinárias da STN; (ii) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão nº 005/2004; (iii) fiança prestada por nós, obrigando-nos solidariamente ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela STN no contrato; (iv) fundo de liquidez, em que a STN deposita o valor de três

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

parcelas de amortização da principal em conta corrente vinculada ao BNB (quantia sempre aplicada em títulos do tesouro nacional ou fundos lastreados nesses títulos); e (v) seguro garantia de forma a viabilizar a conclusão da obra ou o pagamento ao BNB do saldo devedor da operação. Independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, o BNB poderá declarar vencimento antecipado, dentre outras hipóteses, caso a STN: (i) perca a concessão objeto do contrato de concessão nº 005/2004 - ANEEL; (ii) grave, aliene, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros, ou remova os bens lastreadores dos créditos, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja; (iii) contrate com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento financiado pelo BNB; e (iv) proceda a venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração societária da STN, alteração na composição do capital votante ou em transferência do controle acionário da STN, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste – Companhia Transleste de Transmissão (“**Transleste**”), sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. (“**Orteng**”). O valor do referido contrato é de R\$15.000.000,00 com vencimento da última parcela em 11 de março de 2025. Sobre o principal, incide juros devidos à taxa efetiva de 9,5% ao ano, sendo o valor dos juros exigível: (i) trimestralmente no dia 11 de cada mês, durante o período de carência fixada em 16 meses e compreendido entre 11 de março de 2005 e 11 de setembro de 2006; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização a partir de 11 de outubro de 2006, juntamente com as prestações vincendas do principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que a BNB poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BNB ou com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (“**BDMG**”); (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BNB nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, aliene, arrende, ceda ou transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação do BNB quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.314, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng. O valor de referido contrato é de R\$12.971.000,00, dividido em 21 parcelas, com pagamento dividido em prestações semestrais e sucessivas, vencíveis sempre em 31 de janeiro e/ou 31 de julho. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 31 de julho de 2005, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 31 de janeiro de 2007 e a última parcela venceu em janeiro de 2017. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“**FNE**”), gerido pelo BNB e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (“**BID**”). Desse modo, os juros sobre este contrato serão de 5% ao ano acima da taxa variável. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas as mesmas garantias oferecidas no âmbito do Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste, também sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng, celebrado na mesma data, quais sejam: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BDMG; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.315, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes garantidoras pignorárias, a Transminas Holding S.A. e a Orteng. Posteriormente este contrato foi retificado e ratificado em 28 de abril de 2008 (“**Primeiro Termo Aditivo**”). O valor do referido contrato é de R\$47.029.000,00, dividido em 222 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira parcela vencimento em 10 de outubro de 2006 e a última em 10 de fevereiro de 2025. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 9,5% ao ano, sendo calculados e capitalizados mensalmente e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 18 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 10 de outubro de 2006. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Transminas e da EATE, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (iv) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BDMG; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transirapé – BDMG/BF nº 147.068

Em 30 de junho de 2010, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 147.068 pela Companhia Transirapé de Transmissão S.A. (“**Transirapé**”) em favor do BDMG. O valor do referido contrato é de R\$1.187.708,00, dividido em 108 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 15 de outubro de 2010, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 15 de agosto de 2012 e a última vencerá em 15 de julho de 2020. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 15 de agosto de 2012. O financiamento destina-se a ampliação da Subestação Araçuaí 2 – unidade industrial da Transirapé, situada na Rodovia BR 367 KM 275,8 no município de Araçuaí, Minas Gerais. Para segurança e garantia deste contrato é dada em garantia a propriedade fiduciária, nos termos da legislação vigente, dos bens vinculados e obrigatoriamente segurados por valor a ser fixado pelo BDMG, obedecidas as condições estipuladas na cláusula de seguros, a serem adquiridos com recursos deste financiamento, e que serão instalados na unidade industrial/comercial da Transirapé, qual seja, um sistema de transmissão e distribuição de energia constituído por: 1) Um Disjuntor 145 KV, 2) uma Chave Seccionadora 145 KV Abertura Central com LT, 3) Duas Chaves Seccionadoras 145 KV Abertura Central sem LT, 4) Uma Chave Seccionadora 145 KV AP sem LT, 5) Três Transformadores de Corrente 145 KV, 6) Um Transformador de Potencial 145 KV, 7) Três Para Raios 120 KV e 8) Um Painel de Proteção e Controle. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da Transirapé, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (ii) a não disponibilização dos dados e das informações necessárias ao acompanhamento da execução do projeto, bem negativa de acesso físico ao representante do BDMG ou do Órgão Repassador e (iii) não complementar as garantias quando notificado de sua insuficiência.

Transirapé – BDMG/BF nº 177.906

Em 27 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 177.906/13, entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$ 19.761.371,26, dividido em 96 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 4 de abril de 2014, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de fevereiro de 2016 e última vencerá em 15 de janeiro de 2024. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 24 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de fevereiro de 2016. O financiamento destina-se a aquisição de um SISTEMA DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV e um SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras, foram dadas as seguintes garantias: (i) Penhor de Ações de Emissão da Transirapé de propriedade da Transminas, correspondentes a 51% do capital social da Transirapé; (ii) Cessão Fiduciária e Vinculação de Receitas, Administração de Contas, Cobrança, Depósito com Interveniência e Outras Avenças; e (iii) Cessão Fiduciária de parte dos Direitos Emergentes da Concessão. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado do financiamento em caso de: (i) não comprovação física e/ou financeira da produção ou comercialização de máquinas e/ou equipamentos objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Transirapé ou por coobrigado(s) junto ao BDMG; (iv) descumprimento de qualquer obrigação assumida no Contrato na data de seu vencimento, ficando caracterizada a mora de pleno

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

direito; (v) qualquer medida judicial ou extrajudicial, que possa afetar as garantias ou a situação patrimonial dos garantidores vinculadas ao Contrato; (vi) falecimento de qualquer um dos coobrigados, sem que haja sua substituição no prazo de 30 dias; (vii) requerimento de recuperação judicial, falência ou insolvência civil ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades e (viii) qualquer mudança que, direta ou indiretamente, implique em alteração do controle societário sem prévia anuênciam do BDMG.

Transirapé – BDMG nº 193.292

Em 23 de outubro de 2014, foi celebrado Contrato de Financiamento Mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$5.893.000,00, dividido em 168 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros tem vencimento previsto para março de 2015, e a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de novembro de 2015 e última vencerá em 15 de outubro de 2029. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG é composto de recursos ordinários do BNDES, originários do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano acima da TJLP, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de novembro de 2015. O financiamento teve como motivação a implantação de reforços nas instalações de transmissão da Transirapé dos segundos Bancos Autotransformadores, sendo um na Subestação Irapé e outro na Subestação Araçuaí 2, com os seus respectivos módulos de conexões, interligações e infraestrutura de manobras necessárias. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; (ii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada; e (iii) penhor de ações das detidas pelas intervenientes Transminas e EATE que deram em caução a totalidade das ações ordinárias da Transirapé. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) falsidade da declaração firmada pela Transirapé em 20 de outubro de 2014, previamente à contratação, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BDMG à exceção daquele constituído no âmbito do Contrato de Financiamento BDMG nº 177.906/13; (ii) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre direitos creditórios dados em garantia ao BDMG; (iii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iv) vencimento antecipado do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Transirapé.

Transirapé – BDMG nº 215.411/16

Em 1º de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.411/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.000.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 99 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2026. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contrato serão de 6,0% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, localizada em Grão Mogol (MG). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; (iii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos contratos celebrados com o BDMG em 27 de dezembro de 2013 e 24 de outubro de 2014; e (iv) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Transirapé – BDMG nº 215.485/16

Em 5 de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.485/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.469.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 36 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de maio de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2021. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, mediante aquisição de equipamentos, visando à instalação de reatores de barra. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iii) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Banco do Brasil S.A.

ETVG

Em 23 de dezembro de 2011, a Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“**ETVG**”) constituiu em favor do Banco do Brasil S.A. (“**BB**”), uma nota de crédito comercial de nº 40/00039-7 no valor de R\$17.835.000,00, a ser paga em 150 parcelas mensais e sucessivas, sendo todas de valor nominal de R\$118.900,00, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais (encargos estes que serão pagos trimestralmente). A primeira parcela vencerá em 1º de julho de 2014 e a última em 1º de dezembro de 2026. O valor do crédito será liberado em uma ou várias parcelas. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 10% ao ano. Ressalta-se que os encargos financeiros poderão ser reajustados sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%. Referidos encargos serão calculados e debitados – no dia primeiro de cada mês, nas remições – proporcionalmente aos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida e serão exigidos nas remições – proporcionalmente aos valores remidos, no período de carência – integralmente no dia primeiro do último mês de cada trimestre, a partir da data da contratação, no período pós-carência – integralmente no dia primeiro de cada mês, no vencimento e na liquidação da dívida. Esta nota de crédito prevê um bônus de adimplência de 15% sobre os encargos financeiros pagos integralmente até a data do respectivo vencimento. Caso seja comprovada aplicação irregular ou desvio de parcelas liberadas, o a ETVG perderá todos os benefícios referentes ao Bônus de Adimplência, estando obrigado, inclusive, a devolver as quantias beneficiadas por esta ferramenta em ocasiões passadas. Há, ainda, obrigação em constituir um pacote de seguros (engenharia, performance, patrimonial, etc.) para o projeto objeto do financiamento, bem como somente realizar modificações no projeto após aprovação do BB e contratar uma consultoria para fiscalizar a conformidade do projeto. Nossas obrigações decorrentes desta nota de crédito comercial são garantidas (por aval) pela Guarupart. Por fim, ressalta-se que o BB poderá declarar a nota de crédito antecipadamente vencida caso: (i) não ocorra o pagamento das parcelas em suas respectivas datas de vencimento; (ii) a ETVG sofra protesto cambiário superior a R\$1.000.000,00; (iii) a ETVG requeira recuperação judicial ou tenha a sua falência decretada; (iv) a ETVG encerre as atividades por qualquer motivo; (v) a ETVG sofra procedimento judicial ou fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (vi) a ETVG preste informações incompletas ou alteradas ao BB; (vii) a ETVG se torne inadimplente em outras obrigações assumidas com o BB; (viii) manterá ETVG não mantenha em dia o seguro do bem dado em garantia; (ix) a ETVG ceda ou vincule a terceiros a receita cedida e vinculada ao pagamento da obrigação sem a prévia anuência do BB; (x) a ETVG não constitua instrumento de garantia de suporte aos acionistas, para cobertura de eventuais custos adicionais ao projeto; (xi) a ETVG conceda preferências a outros créditos, faça amortizações de ações ou emita debêntures sem anuência do BB; e (xii) efetue qualquer alteração societária até a liquidação final da dívida decorrente da referida operação sem análise e anuência do BB; (xiii) efetue distribuição de resultados que não dividendos mínimos até a liquidação da operação.

Banco Santander

ETVG

Em 17 de junho de 2015, foi emitida pela ETVG, a Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro nº 000270589715, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditada em 28 de junho de 2016 e 12 de janeiro de 2017. O valor do referido contrato, atualmente, é de R\$20,0 milhões, com prazo de 121 dias e vencimento em 30 de junho de 2017. Os juros sobre este contrato serão equivalentes à 128,5% da Taxa do CDI ao ano. Para segurança e garantia deste contrato, a Companhia figura como avalista. Por fim, ressalta-se que o Santander poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos, dentre outros: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia; (ii) descumprimento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia perante o Santander; e (iii) não reforço das garantias quando notificado de sua insuficiência.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A partir de 2004, diversas de nossas subsidiárias celebraram contratos de financiamento mediante abertura de crédito, junto ao BNDES, nos quais somos intervenientes (ou uma de nossas subsidiárias). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de tais contratos, dentre outras garantias específicas, é dada em penhor a totalidade das ações de emissão da respectiva subsidiária. Há ainda previsão de uma conta reserva, não movimentável pela respectiva subsidiária e movimentável unicamente por uma instituição financeira, a ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento com o BNDES. Em geral, a conta reserva deverá ser mantida com saldo mínimo equivalente a três vezes a próxima prestação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vincenda de amortização, juros e demais acessórios do contrato de financiamento. O BNDES poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses específicas, caso ocorra (i) redução do quadro de pessoal da respectiva subsidiária sem atendimento às condições impostas pelo BNDES no contrato; (ii) inclusão em acordo societário, estatuto social da respectiva subsidiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (iii) falsidade da declaração firmada pela respectiva subsidiária previamente à contratação, que nega existência de gravames sobre direitos creditórios oferecidos ao BNDES; (iv) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à prática de atos, pela respectiva subsidiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerce função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo a que a beneficiária pertença, sendo certo que, verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a beneficiária, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

Adicionalmente, as seguintes obrigações, se inadimplidas, poderão acarretar o vencimento antecipado do contrato: (i) obrigação da garantidora do crédito de aportar capital no caso dos índices de cobertura do serviço de dívida da tomadora beneficiada serem insuficientes; (ii) obrigação de não firmar contratos de mútuo com pessoas do grupo econômico da beneficiária sem a prévia e expressa autorização do BNDES; (iii) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual se exija “quórum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão de dispositivo que importe em: (a) restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (iv) concessão, sem prévia autorização do BNDES, de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas; (v) realização, sem prévia autorização do BNDES, de distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamento de juros sobre capital próprio; (vi) obrigação de não efetuar qualquer alteração societária pelo prazo de vigência da presente operação relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da beneficiária ou qualquer forma de reorganização que represente alteração de controle ou transferência relevante de ativos envolvendo a Beneficiária; e (vii) descumprimento dos índices financeiros e de capitalização dispostos nos contratos.

A tabela a seguir contém as informações referentes aos empréstimos contraídos por nossas controladas perante o BNDES.

Creditores	Número do contrato	Início	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais									
EBTE	09.2.1409.1	28/12/2009	R\$165.150.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$141.652.000,00 Subcrédito B: R\$23.498.000,00	15/05/2025 (subcrédito A) e 15/11/2019 (subcrédito B)	Implantação das Linhas de Transmissão Brasnorte- Juína, Brasnorte-Parecis, Brasnorte-Juba, Nova Mutum-Sorriso e Sorriso-Sinop	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 011/2008 – ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 017/2009 firmado entre a Beneficiária e o ONS; (ii) Seguro patrimonial do projeto; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela EATE no capital social da EBTE; (v) Fiança concedida pela Companhia e por outras sócias da EBTE.	Não há hipóteses adicionais.	(i) somente distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e bonificações acima do mínimo legal com prévia autorização do BNDES	TJLP + 2,56% ao ano (subcrédito A) 4,50% ao ano (subcrédito B)
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais									
ETEM	11.2.1030.1	21/12/2011	R\$46.800.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$44.700.000,00 Subcrédito B: R\$2.100.000,00	15/04/2026	Implantação das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão com origem na Subestação Nobres e término na Subestação Cuiabá; linha de transmissão origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Nobres	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 015/2010, e seus posteriores aditivos, firmado entre a beneficiária o ONS; (iii) penhor de ações de	extinção do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL	(i) não alterar seu objeto social e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos em seu Estatuto Social, sem a prévia anuência do BNDES; (ii) sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas, salvo aquelas previstas no contrato	TJLP + 2,44% ao ano (subcrédito A) TJLP + 2,04% ao ano (subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						emissão da ETEM de titularidade da Companhia; (iv) fiança prestada pela Alupar, Bimetal e sócios finais da Bimetal à época.		de financiamento; (iii) não firmar contratos de mútuo com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a beneficiária, bem como, não efetuar redução de seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, sem anuênciam prévia do BNDES	
ETES	09.2.0118.1	04/05/2009	R\$27.714.000 ,00	15/09/2023	Construção da Linha de Transmissão interligando a subestação de Mascarenhas à de Verona, bem como reforços na Subestação Verona	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2007; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica; (iii) Seguro garantia de execução dos reforços da subestação Verona	Não há hipóteses adicionais.	Somente realizar distribuição de dividendos ao mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio e concessão de bonificações, a partir do exercício de 2010. Esse contrato foi quitado em 2017.	TJLP + 2,37% ao ano
Foz	08.2.0070.1	09/04/2008	R\$ 201.630.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$188.740.00 0,00	03/2027	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro e implantação da Linha de Transmissão para conexão ao SIN da Hidrelétrica Foz do Rio Claro	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 2,44% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			Subcrédito B: R\$12.890.000 ,00			firmados; (iii) Seguro patrimonial do projeto; (iv) penhor da totalidade das ações detidas pela Companhia e pelo FI-FGTS no capital social da Foz; e (v) Fiança concedida pela Companhia			
Ijuí	08.2.0071.1	09/04/2008	R\$ 168.200.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 161.889.000,00 Subcrédito B: R\$ 6.311.000,00	15/09/2027	Construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro garantia de execução do projeto e patrimonial; e (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão da beneficiária de titularidade da Companhia.	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 3,13% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lavrinhais	08.02.0976.1	11/03/2009	R\$ 111.185.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 108.811.000,00 Subcrédito B: R\$ 2.374.000,00	15/04/2025	Implantação da PCH Lavrinhas e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro- Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança concedida pela Companhia	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico- financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 115/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH Lavrinhas, bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 1,93% ao ano
Lavrinhais	10.2.0477.1	08/09/2010	R\$ 16.875.000,00	15/04/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Lavrinhas	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii)			TJLP + 2,22% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						endosso da apólice do Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia	das apólices dos seguros		
Queluz	08.2.0975.1	11/03/2009	R\$ 114.647.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 111.100.000,00 Subcrédito B: R\$ 3.547.000,00	15/01/2025	Implantação da PCH Queluz e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro- Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico- financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 090/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH Lavrinhas, bem como após estarem	TJLP + 1,93% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Queluz	10.2.0478.1	03/08/2010	R\$ 27.716.000,00	15/01/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Queluz	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endosso da apólice do Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito Específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano
ESDE	12.2.1001.1	13/11/2012	R\$ 42.797.000,00 , dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$26.319.000 ,00 Subcrédito B: R\$16.478.000 ,00	Subcrédito A: 04/2027 Subcrédito B: 09/2022	Implantação das instalações de transmissão compostas pela Subestação Santos Dumont e demais conexões, localizadas no Estado de Minas Gerais	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 025/2009-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do serviço de transmissão de energia; (iii) penhor de ações de emissão da ESDE de titularidade da ETEP; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ESDE.	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	TJLP + 2,08% ao ano (Subcrédito A) 2,5% ao ano (Subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ferreira Gomes	12.2.1390.1	28/12/2012	R\$ 470.610.000,00 (dividido em cinco subcréditos)	Subcrédito A: 04/2031 Subcrédito B: 04/2031 Subcrédito C: 04/2031 Subcrédito D: 12/2022 Subcrédito E: 04/2031	Implantação da UHE Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, a ser implantada no rio Araguari, município de Ferreira Gomes	(i) cessão fiduciária dos direitos dos Contratos de Compra de Energia; (ii) totalidade dos direitos creditórios do contrato de concessão 02/2010; (iii) Fiança da Alupar; (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão beneficiária de titularidade da Companhia	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários pessoas do mesmo grupo econômico; (iii) manter o ICSD acima de 1,3 ou 1,2, caso tenha ocorrido a emissão de debêntures em condições específicas; (iv) manter o ICP superior a 20%. A Companhia deverá submeter à aprovação dos BNDES quaisquer matérias que se refira à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe em modificação da atual configuração da beneficiária.	TJLP + 2,34% ao ano (Subcréditos A, B e C) 2,5% ao ano (subcrédito D) TJLP apenas (Subcrédito E)
ETSE	13.2.1413.1	30/12/2013	R\$ 78.413.000,00 , dividido em	Subcrédito A: 11/2028	Implantação das instalações de transmissão compostas pelas	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato;	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e	TJLP + 2,02% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			dois subcréditos: Subcrédito A: R\$39.159.000,00 Subcrédito B: R\$39.254.000,00	Subcrédito B: 11/2023	Subestações Abdon Batista e Gaspar 2 e demais conexões, localizadas no Estado de Santa Catarina	006/2012-ANEEL e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012; (ii) a controlada ECTE dá ao BNDES, em penhor a totalidade de ações de emissão da controlada ETSE de sua titularidade; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela ECTE no capital social da ETSE; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ETSE. .	(ii) Extinção do Contrato de Concessão nº 006/2012 (iii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	(Subcrédito A) 3,5% ao ano (Subcrédito B)
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	15.2.0778.1	11/02/2016	R\$ 261.300.000,00 EDV I: R\$57.990.000,00 EDV II: R\$32.220.000,00 EDV III: R\$49.007.000,00 EDV IV: R\$81.041.000,00	10/2032	Implantação dos Parques Eólicos Pitombeiras, Ubatuba, Santa Catarina, Ventos do Nordeste e Pitombeira localizados no município de Aracati estado do Ceará, com capacidade instalada de 98,7MW	(i) Penhor de ações pela Alupar e pela Windepar; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios pelas EDVs e pela Windepar; (iii) conta reserva; (iv) Fiança Corporativa da Windepar e da Alupar.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; (iii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou a continuidade da	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	TJLP + 2,18% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			EDV X: R\$41.042.000 ,00				operação do Complexo Eólico Energia dos Ventos; (iv) não implantação, abandono ou desistência da implantação de qualquer das Centrais Geradoras Eólicas que integram o projeto.		
--	--	--	--------------------------------	--	--	--	---	--	--

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Itau – Alupar Peru

Em setembro de 2017, a controlada Alupar Peru celebrou junto ao Banco Itau a contratação de empréstimo, no montante de USD 20.000 mil. O empréstimo será remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 5,85% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Alupar Peru. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido empréstimo tem vencimento previsto para setembro de 2020.

Itau e CorpBanca – Risaralda

Em 14 de novembro de 2014, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco Itaú a contratação de um crédito, no montante de COP\$ 32.000.000 mil (primeira tranche). Em 25 de março de 2015, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco CorpBanca Colombia S.A. Corporación Financiera e Itaú um aditivo ao contrato celebrado em 14 de novembro de 2014, o qual aumentou o montante do empréstimo de COP\$ 32.000.000 mil para COP\$ 120.000.000 mil, mediante extensão de crédito pela CorpBanca no valor de COP\$ 88.000.000 mil (segunda tranche). O contrato será remunerado pela variação do *Indicador Bancario de Referencia - IBR* trimestral na Colômbia acrescida de spread médio de 3,60% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros serão realizados trimestralmente e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Risaralda. A Companhia é garantidora das obrigações no âmbito deste empréstimo. O contrato do Banco Corpbanca tem vencimento previsto para março de 2018 e os contratos do Itaú tem vencimento previsto para fevereiro de 2018.

Santander – La Virgen (Contratos de Préstamo de Corto Plazo)

Em 22 e 23 de dezembro de 2015, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Panama) S.A., com participação da *Corporación Financiera de Desarrollo S.A. – COFIDE*, a contratação de dois empréstimos, no montante de USD 15.000 mil cada. Os empréstimos serão remunerados a uma taxa nominal anual em dólares equivalente ao spread de 4,5% ao ano, do mês um ao mês seis, e de 3.00% ao ano, nos meses seguintes, até o vencimento final dos empréstimos. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados trimestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito destes empréstimos. O vencimento final dos dois empréstimos foi prorrogado para 06 de janeiro de 2018.

Santander – La Virgen (Loan Agreement)

Em 15 de janeiro de 2016, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., Grand Cayman Branch a contratação de empréstimo no montante de USD 50.000 mil. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor acrescida de spread de 5.19% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento final do empréstimo foi prorrogado para 6 de janeiro de 2018.

Corporation Andina de fomento – CAF – La Virgen

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Corporation Andina de fomento - CAF a contratação de empréstimo no montante de USD 50.000 milhões. Os empréstimos serão remunerados para o montante flutuante (35 MM) uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 3,9 % a.a 5 anos / 5.70% a.a + 5 anos, montante flutuante (5 MM) uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 0.25 % a.a e O montante Fixo (10MM) tem um spread de 5,0 % a.a 5 anos / 10.265% a.a + 5 anos . O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento do empréstimo está previsto para março de 2032.

Deg Deustche Insvestition

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Deg Deustche Insvestition a contratação de empréstimo no montante de USD 30.000 milhões. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor 6M fixa de 2,47% acrescida de spread de 3,7 % a.a. a 4,5% a.a. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento do empréstimos está previsto para março de 2032.

(ii) contratos de debêntures relevantes:

Emissão de Debêntures por nossas controladas

EATE

Em 17 de março de 2014, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 270.000 mil, dividida em 27.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 17 de março de 2019 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acumulada acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,15% a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.000.831 mil reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 4^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 159.000 mil, dividida em 15.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.158.000 mil. A partir de 10 de março de 2018, as debêntures vencerão antecipadamente caso a dívida líquida da EATE ultrapasse 50% do referido valor. Os valores acima deverão ser reajustados, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 5^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R\$ 180.000 mil) foi dividido em duas séries de 12.600 e 5.400 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e a 2^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2021. Ambas renderão juros de 113,00% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 6^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R\$ 70.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ECTE

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 07 de maio de 2015, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da ECTE. O valor total da emissão foi de R\$70.000 mil, dividida em 7.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 07 de fevereiro de 2020 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,15% a.a., tendo a Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de (i) R\$250.200 mil da data de emissão até 31 de março de 2017; e (ii) 135.405 mil de 1º de abril de 2018 até a data de vencimento das debêntures.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 4^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ECTE. O valor total da emissão (R\$ 75.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ENTE

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão foi de R\$ 248.000 mil, dividida em 24.800 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ENTE ultrapasse o valor de R\$560.000 mil.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão, de R\$ 40.000 mil, foi dividido em duas séries, de 2.800 e 1.200 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e pagará juros de 113,00% do DI ao ano. A 2^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2021 e pagará juros de 116,00% do DI ao ano. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETEP

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da emissão foi de R\$69.000 mil, dividida em 6.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ETEP ultrapasse o valor de R\$235.000 mil..

Transirapé

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transirapé de Transmissão (“**Transirapé**”). O valor total da emissão (R\$ 30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a.. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transleste

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Transleste de Transmissão (“**Transleste**”). O valor total da emissão foi de R\$55.000 mil, dividida em 5.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transleste ultrapasse o valor de R\$89.000 mil.

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Transleste. O valor total da emissão (R\$30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transudeste

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transudeste de Transmissão. O valor total da emissão (R\$ 50.000 mil) em uma série de 50.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a.. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

STN

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (“**STN**”). O valor total da emissão foi de R\$ 101.000 mil, dividida em 10.100 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da STN ultrapasse o valor de R\$394.000 mil.

Ferreira Gomes

Em 15 de junho de 2014, foi realizada a terceira emissão de 210.900 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$1 mil no valor de R\$ 210.900 mil. A Companhia é garantidora da controlada Ferreira Gomes. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá, sujeita ao vencimento da dívida mediante deliberação dos titulares das debêntures: (i) comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20. Em 31 de dezembro de 2017 a controlada Ferreira Gomes Energia S.A está adimplente com o contrato.

Windepar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Windepar Holding S.A. (“**Windepar**”). O valor total da emissão foi de R\$ 67.500 mil, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 15 de dezembro de 2018 e pagarão juros IPCA 7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Verde 8

Em 24 de julho de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da **Verde 8**. O valor total da emissão (R\$ 100.000 mil) em uma série de 10.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 31 de julho de 2018 e juros de 107,0% do CDI a.a. A emissão tem a **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.** como agente fiduciário.

ETAP

Em 11 de dezembro de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da **ETAP**. O valor total da emissão (R\$ 150.000 mil) em uma série de 15.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 7 junho de 2019 e juros de 107,10 % do CDI a.a. A emissão tem a **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** como agente fiduciário.

ETC

Em 7 de dezembro de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da **ETC**. O valor total da emissão (R\$ 100.000 mil) em uma série de 10.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 07 junho de 2019 e juros de 107,10 % do CDI a.a. A emissão tem a **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** como agente fiduciário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos

e

financiamentos

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado					
		Circulante			Não circulante		
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	Principal	Custos a amortizar
Moeda estrangeira							
Banco Itáu ME	Operacionais						
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Alupar Peru	1.452	19.870	-	21.322	79.492	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	375	35.488	-	35.863	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	100	8.872	-	8.972	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	125	11.090	-	11.215	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	125	11.090	-	11.215	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	149	13.308	-	13.457	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	174	15.526	-	15.700	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	174	15.526	-	15.700	-	-
Banco Itáu Pagare nº 20000000135	Risaralda	249	22.180	-	22.429	-	-
Banco Itáu Pagare nº 20000000225	Risaralda	64	1.580	-	1.644	-	-
	Risaralda	62	1.608	-	1.670	-	-
		3.049	156.321	-	159.370	79.825	-
							79.825
Moeda estrangeira							
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	Pré Operacionais						
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	1.608	165.596	-	167.204	-	-
Corporación Andina de Fomento CAF	La Virgen	523	99.352	-	99.875	-	-
Deg Deutsche Investitions	La Virgen	782	-	-	782	164.827	-
Itau Corpbanca Colombia Prenda	La Virgen	469	-	-	469	98.896	-
Itau Corpbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	57	-	57	126	-
	Transmissora Colombiana	-	126	-	126	207	-
		1.774	99.352	-	268.330	263.723	-
							263.723
Subtotal			255.673	-	427.700	343.548	-
							343.548
Moeda nacional							
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Operacionais						
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	Alupar	5	1.513	(47)	1.471	-	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	306	11.280	-	11.586	72.382	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	EBTE	11	2.889	-	2.900	2.648	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	52	1.618	-	1.670	13.484	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	8	1.583	-	1.591	5.936	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	101	3.344	-	3.445	24.527	-
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	109	-	112	798	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	120	3.210	-	3.330	31.834	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	41	4.438	-	4.479	21.821	-
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	126	1.427	(6)	1.547	11.273	(33)
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	117	20.000	-	20.117	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	700	14.723	(240)	15.183	181.586	(2.948)
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	277	5.827	-	6.104	71.870	-
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	32	657	-	689	8.109	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	136	24.706	-	24.842	98.819	-
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	1	35	-	36	433	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	516	15.463	-	15.979	127.571	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	501	13.169	-	13.670	115.226	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrínhas	236	9.445	-	9.681	59.821	-
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	33	1.283	-	1.316	8.124	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	231	9.592	-	9.823	58.349	-
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	52	2.101	-	2.153	12.779	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	24	-	24	-	-
BNDES	EDV I	185	2.089	(25)	2.249	54.339	-
BNDES	EDV II	105	1.179	(14)	1.270	30.673	-
BNDES	EDV III	160	1.802	(19)	1.943	46.885	-
BNDES	EDV IV	265	2.985	(23)	3.227	77.680	-
BNDES	EDVX	134	1.511	(18)	1.627	39.314	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	76	21.416	-	21.492	99.342	-
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	209	-
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	22	2.382	-	2.404	12.110	-
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	130	421	-	551	4.595	-
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	170	993	-	1.163	3.476	-
BNDES - Credito automático Contrato 215.411	Transirapé	162	445	-	607	3.556	-
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	94	2.461	-	2.555	15.178	-
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	28	749	-	777	4.675	-
		5.137	187.001	(392)	191.746	1.319.422	(2.981)
Subtotal							-
Total - Empréstimos e financiamentos			5.137	187.001	(392)	191.746	1.319.422
							(2.981)
							1.316.441
			9.960	442.674	(392)	619.446	1.662.970
							(2.981)
							1.659.989

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado								
		Circulante				Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais	Alupar Peru	-	-	-	4.664	48.877	-	53.541	
Santander Panamá - Contrato nº 826302		Alupar Peru	-	-	-	1.451	16.293	-	17.744	
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	-	24	-	24	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	-	42	-	42	-	-	-	-	
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	479	34.752	-	35.231	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	143	10.860	-	11.003	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	311	21.720	-	22.031	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	205	15.204	-	15.409	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	206	15.204	-	15.410	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	117	8.688	-	8.805	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	147	10.860	-	11.007	-	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	176	13.032	-	13.208	-	-	-	-	
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	22	777	-	799	-	-	-	-	
		1.806	131.163	-	132.969	6.115	65.170	-	71.285	
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	Pré Operacionais	La Vigen	-	187.188	-	187.188	-	-	-	
Santander - Contrato COFIDE		La Vigen	-	112.313	-	112.313	-	-	-	
			-	299.501	-	299.501	-	-	-	
Subtotal			1.806	430.664	-	432.470	6.115	65.170	-	71.285
Moeda nacional										
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Operacionais	Alupar	16	3.631	(111)	3.536	-	1.513	(47)	1.466
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	343	11.160	-	11.503	-	82.768	-	82.768
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	17	2.889	-	2.906	-	5.538	-	5.538
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	57	1.601	-	1.658	-	14.941	-	14.941
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	10	1.583	-	1.593	-	7.518	-	7.518
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	112	3.309	-	3.421	-	27.573	-	27.573
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	3	107	-	110	-	898	-	898
BNDES - Contrato nº 09.20118.1		ETES	50	2.067	(4)	2.113	-	11.883	(23)	11.860
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	7	286	-	293	-	1.644	-	1.644
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	8	1.556	(32)	1.532	-	2.853	(38)	2.815
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	130	3.176	-	3.306	-	34.670	-	34.670
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	47	4.438	-	4.485	-	26.259	-	26.259
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7		ETVG	111	1.427	(6)	1.532	-	12.700	(40)	12.660
Banco Santander - Contrato nº 000270589715		ETVG	2.460	22.500	-	24.960	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	745	14.566	(240)	15.071	-	194.213	(3.188)	191.025
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	295	5.765	-	6.060	-	76.868	-	76.868
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	33	651	-	684	-	8.673	-	8.673
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	162	24.705	-	24.867	-	123.524	-	123.524
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1		Foz	566	15.298	-	15.864	-	141.507	-	141.507
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1		Ijuí	547	13.028	-	13.575	-	127.023	-	127.023
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1		Lavrínhas	265	9.345	-	9.610	-	68.527	-	68.527
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1		Lavrínhas	37	1.268	-	1.305	-	9.306	-	9.306
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	3	-	3	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1		Queluz	261	9.489	-	9.750	-	67.215	-	67.215
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1		Queluz	59	2.078	-	2.137	-	14.720	-	14.720
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100		Queluz	-	43	-	43	-	26	-	26
BNDES		EDV I	189	1.910	-	2.099	-	55.825	-	55.825
BNDES		EDV II	107	1.078	-	1.185	-	31.512	-	31.512
BNDES		EDV III	163	1.648	-	1.811	-	48.167	-	48.167
BNDES		EDV IV	271	2.730	-	3.001	-	79.804	-	79.804
BNDES		EDVX	137	1.382	-	1.519	-	40.389	-	40.389
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002		STN	89	20.353	-	20.442	-	120.758	-	120.758
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068		Transirapé	1	132	-	133	-	341	-	341
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906		Transirapé	26	2.382	-	2.408	-	14.493	-	14.493
BDMG (FINAME) - Contrato nº 193.292		Transirapé	84	421	-	505	-	5.016	-	5.016
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485		Transirapé	119	-	-	119	-	4.469	-	4.469
BNDES - Credito automático Contrato 215.411		Transirapé	109	-	-	109	-	4.000	-	4.000
BDMG - Contrato nº 127315		Transleste	107	2.461	-	2.568	-	17.639	-	17.639
BNB - Contrato nº 05974828-A		Transleste	33	862	-	895	-	5.424	-	5.424
			7.776	191.331	(393)	198.714	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Moeda nacional										
Custo de captação BNDES	Pré Operacionais	Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-	-
Nota Promissória - Banco Fator S.A		Verde 8	1.840	30.000	(345)	31.495	-	-	-	-
			1.840	30.000	(585)	31.255	-	-	-	-
Subtotal			9.616	221.331	(978)	229.969	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Total - Empréstimos e financiamentos			11.422	651.995	(978)	662.439	6.115	1.555.367	(3.336)	1.558.146

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais	Alupar Peru	-	-	-	11.393	69.890	-	81.283
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement		La Vigen	17.173	188.188	-	205.361	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE			-	117.126	-	117.126	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314		Transleste	71	1.862	-	1.933	-	931	-
			17.244	307.176	-	324.420	11.393	70.821	-
									82.214
Moeda estrangeira									
Bancolombia - Contrato nº 161781	Pré Operacionais	Risaralda	23	-	-	23	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161782		Risaralda	23	-	-	23	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 166276		Risaralda	43	-	-	43	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 175893		Risaralda	68	-	-	68	-	17	-
Bancolombia - Contrato nº 258419633		Risaralda	58	-	-	58	-	39	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093		Risaralda	-	455	-	455	-	39.875	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	-	130	-	130	-	12.462	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	-	255	-	255	-	24.989	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	-	64	-	64	-	17.617	-
			215	904	-	1.119	-	94.999	-
			17.459	308.080	-	325.539	11.393	165.820	-
									177.213
Subtotal									
Moeda nacional									
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Operacionais	Alupar	-	-	-	-	-	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341		Alupar	-	-	-	-	-	-	-
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00		Alupar	98	11.804	(111)	11.791	-	16.723	(158)
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	379	11.002	-	11.381	-	92.597	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	22	2.889	-	2.911	-	8.427	-
Safra - CCB - Contrato nº 006265476		ECTE	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	62	1.578	-	1.640	-	16.307	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	12	1.583	-	1.595	-	9.102	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	121	3.262	-	3.383	-	30.445	-
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	4	106	-	110	-	990	-
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1		ETES	56	2.037	(4)	2.089	-	13.752	(27)
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	8	282	-	290	-	1.903	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	12	1.556	(32)	1.536	-	4.409	(70)
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	139	3.131	-	3.270	-	37.309	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	54	4.438	-	4.492	-	30.698	-
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7		ETVG	122	1.427	(6)	1.543	-	14.127	(46)
Banco Santander - Contrato nº 000270589715		ETVG	1.810	22.500	-	24.310	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	784	14.359	(240)	14.903	-	205.822	(3.427)
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	312	5.683	-	5.995	-	81.462	-
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	34	642	-	676	-	9.191	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	191	24.705	-	24.896	-	148.228	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1		Foz	612	15.081	-	15.693	-	154.584	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1		Ijuí	590	12.843	-	13.433	-	138.068	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1		Lavrínhas	292	9.212	-	9.504	-	76.768	-
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1		Lavrínhas	41	1.251	-	1.292	-	10.425	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	23	-	23	-	4	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	7	-	7	-	1	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	3	-	3	-	1	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1		Queluz	289	9.354	-	9.643	-	75.618	-
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1		Queluz	65	2.049	-	2.114	-	16.561	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100		Queluz	-	43	-	43	-	67	-
Custo de captação BNDES		Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002		STN	102	19.343	-	19.445	-	141.111	-
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068		Transirapé	1	132	-	133	-	473	-
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906		Transirapé	141	2.184	-	2.325	-	16.875	-
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292		Transirapé	48	421	-	469	-	5.402	-
BDMG - Contrato nº 127315		Transleste	120	2.461	-	2.581	-	20.100	-
BNB - Contrato nº 05974828-A		Transleste	39	1.139	-	1.178	-	6.286	-
			6.560	188.531	(633)	194.458	-	1.383.836	(3.728)
Moeda nacional									1.380.108
Outros	Pré Operacionais	GET	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-
Subtotal			6.560	188.531	(633)	194.458	-	1.383.836	(3.728)
Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante			24.019	496.611	(633)	519.997	11.393	1.549.656	(3.728)
									1.557.321

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características dos empréstimos e financiamentos

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado								
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos								
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a	Periodicidade da amortização	Indexador	Juros (%)	Principais	Encargos
Moeda nacional - R\$										
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral	Único no final	Único no final
Banco Santander Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/17	jun/18	20.000	CDI	3,29	Único no final	Único no final		
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,5	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abril/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES Contrato nº 08.2.0076.1	Lavrínhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Peso colombiano										
Itaú - Contrato de crédito - IBC0093	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 32.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	mar/16	mar/18	COP 8.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	ago/15	mar/18	COP 10.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	abr/16	mar/18	COP 10.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 12.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	dez/15	mar/18	COP 14.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	fev/16	mar/18	COP 14.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	nov/14	mar/18	COP 20.000.000.000	IBR	3,90	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	jul/17	fev/18	COP 1.425.000.000	-	10,23	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	ago/17	fev/18	COP 1.450.000.000	-	10,23	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Moeda estrangeira - Dólar										
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/17	set/20	USD 30.000.000	Líbor (**)	5,85	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral

(*) primeira tranche liberada 29-mar-2016 no montante de R\$ 151.450

(**) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londinino. A taxa Líbor do contrato é de 6 meses.

Financiadores / Credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado								
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos								
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a	Periodicidade da amortização	Indexador	Juros (%)	Principais	Encargos
Moeda estrangeira - Peso colombiano										
Itau Corpranca Colombia Prendas	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 175.651	IBR(**)	4,44%	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
Itau Corpranca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 290.000	-	10,32	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Dólar										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	mar/17	jan/18	USD 50.000.000	Líbor (*)	5,19	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	mar/17	mar/18	USD 30.000.000	-	4,50	Único no final	Único no final	Único no final	Único no final
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 40.000.000	Líbor (**)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 10.000.000	-	até 5 anos 5,00, após 10,26	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Deg Deutsche Investments	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000.000	Líbor (**)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral

(*) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londinino. A taxa Líbor do contrato é de 3 meses.

(**) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londinino. A taxa Líbor do contrato é de 6 meses.

(***) Indicador Bancário de Referência - IBR. A taxa IBR do contrato é mensal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017
3ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	1.863	50.010	-	51.873	-	-	-	-
5ª Emissão	Alupar	2.279	21.172	(13)	23.438	-	359.929	(109)	359.820
6ª Emissão	Alupar	4.190	-	(1.230)	2.960	-	290.694	(2.871)	287.823
		8.332	71.182	(1.243)	78.271	-	650.623	(2.980)	647.643
Operacionais									
1º emissão	Windepar	5.479	695	(524)	5.650	-	68.839	(5.231)	63.608
3ª Emissão	EATE	258	83.052	(47)	83.263	-	20.844	(3)	20.841
4ª Emissão	EATE	1.125	37.412	(33)	38.504	-	65.470	(22)	65.448
5ª Emissão - Série I	EATE	606	-	(86)	520	-	126.000	(59)	125.941
5ª Emissão - Série II	EATE	267	-	(23)	244	-	54.000	(62)	53.938
6ª Emissão	EATE	1.402	12.727	(178)	13.951	-	57.272	(300)	56.972
3ª Emissão	ECTE	847	27.006	(179)	27.674	-	37.996	(65)	37.931
4ª Emissão	ECTE	64	-	(144)	(80)	-	75.000	(374)	74.626
2ª Emissão	ENTE	1.754	58.353	(50)	60.057	-	102.116	(34)	102.082
3ª Emissão - Série I	ENTE	135	-	(54)	81	-	28.000	(37)	27.963
3ª Emissão - Série II	ENTE	59	-	(15)	44	-	12.000	(40)	11.960
2ª Emissão	ETEP	488	16.235	(25)	16.698	-	28.411	(17)	28.394
3ª Emissão	Ferreira Gomes	721	2.894	(1.319)	2.296	-	286.552	(11.873)	274.679
1ª Emissão	STN	714	23.765	(116)	24.363	-	41.588	(68)	41.520
2ª Emissão	Transirapé	26	-	(50)	(24)	-	30.000	(187)	29.813
1ª Emissão	Transleste	390	12.941	(56)	13.275	-	22.819	(89)	22.730
2ª Emissão	Transleste	26	-	(51)	(25)	-	30.000	(193)	29.807
2ª Emissão	Transudeste	43	4.084	(75)	4.052	-	45.918	(270)	45.648
		14.404	279.164	(3.025)	290.543	-	1.132.825	(18.924)	1.113.901
Pré-operacionais									
1ª Emissão	Verde 8	3.381	100.000	(258)	103.123	-	-	-	-
1ª Emissão	ETAP	-	-	-	-	170	150.000	-	150.170
1ª Emissão	ETC	-	-	-	-	85	100.000	-	100.085
		3.381	100.000	(258)	103.123	255	250.000	-	250.255
		-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Debêntures		26.117	450.346	(4.526)	471.937	255	2.033.448	(21.904)	2.011.799
Financiadores / credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016
4ª Emissão	Alupar	9.163	99.990	(159)	108.994	-	50.010	-	50.010
5ª Emissão	Alupar	2.574	20.598	(13)	23.159	-	370.756	(122)	370.634
6ª Emissão	Alupar	4.155	-	(1.230)	2.925	-	282.646	(4.101)	278.545
		15.892	120.588	(1.402)	135.078	-	703.412	(4.223)	699.189
Operacionais									
1º emissão	Windepar	-	-	-	-	322	67.500	(1.006)	66.816
1ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	1.677	60.000	(51)	61.626	-	-	(4)	(4)
3ª Emissão	EATE	932	83.052	(134)	83.850	-	103.896	(59)	103.837
4ª Emissão	EATE	3.022	37.412	(61)	40.373	-	102.882	(61)	102.821
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	1.306	-	(101)	1.205	-	126.000	(151)	125.849
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	574	-	(27)	547	-	54.000	(87)	53.913
2ª Emissão	ECTE	935	40.000	(25)	40.910	-	-	-	-
3ª Emissão	ECTE	1.488	-	(258)	1.230	-	65.002	(267)	64.735
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	4.713	58.353	(95)	62.971	-	160.470	(97)	160.373
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	290	-	(64)	226	-	28.000	(96)	27.904
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	128	-	(17)	111	-	12.000	(55)	11.945
1ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.311	16.235	(48)	17.498	-	44.647	(49)	44.598
3ª Emissão	Ferreira Gomes	2.220	1.105	(1.319)	2.006	-	275.054	(13.192)	261.862
1ª Emissão	STN	1.970	23.765	(116)	25.619	-	65.352	(184)	65.168
1ª Emissão	Transirapé	291	15.938	(35)	16.194	-	-	-	-
1ª Emissão	Transleste	1.049	12.941	(56)	13.934	-	35.760	(145)	35.615
1ª Emissão	Transudeste	343	18.763	(39)	19.067	-	-	-	-
		22.249	367.564	(2.446)	387.367	322	1.140.563	(15.453)	1.125.432
Total - Debêntures	EDV X	38.141	488.152	(3.848)	522.445	322	1.843.975	(19.676)	1.824.621

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015
Operacionais									
3ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	9.356	-	(160)	9.196	-	150.000	(146)	149.854
5ª Emissão	Alupar	2.565	19.252	(13)	21.804	-	365.795	(136)	365.659
6ª Emissão	Alupar	3.975	-	(1.230)	2.745	-	265.342	(5.331)	260.011
1ª Emissão	EATE	114	19.652	(2)	19.764	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	3.501	60.000	(101)	63.400	-	60.000	(43)	59.957
3ª Emissão	EATE	1.389	83.052	(244)	84.197	-	186.948	(187)	186.761
4ª Emissão	EATE	3.424	18.706	(94)	22.036	-	140.294	(121)	140.173
1ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ECTE	1.570	24.000	(57)	25.513	-	40.000	(25)	39.975
3ª Emissão	ECTE	1.596	4.998	(312)	6.282	-	65.002	(521)	64.481
1ª Emissão	ENTE	60	10.372	(1)	10.431	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	5.342	29.177	(147)	34.372	-	218.823	(188)	218.635
1ª Emissão	ETEP	8	13.277	(16)	13.269	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.486	8.118	(74)	9.530	-	60.882	(95)	60.787
3ª Emissão	Ferreira Gomes	383	-	(1.319)	(936)	312	254.137	(14.511)	239.938
1ª Emissão	STN	2.176	11.882	(116)	13.942	-	89.118	(301)	88.817
1ª Emissão	Transirapé	503	11.688	(39)	12.152	-	15.938	(36)	15.902
1ª Emissão	Transleste	1.188	6.491	(56)	7.623	-	48.682	(202)	48.480
1ª Emissão	Transudeste	597	14.013	(43)	14.567	-	18.763	(40)	18.723
		39.233	334.678	(4.024)	369.887	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153
Pré Operacionais									
1ª Emissão	EDV I	3.804	21.740	(112)	25.432	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV I	1.601	23.000	(215)	24.386	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV II	2.281	13.040	(70)	15.251	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV II	906	13.000	(125)	13.781	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV III	3.424	19.570	(101)	22.893	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV III	1.253	18.000	(170)	19.083	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV IV	4.944	28.260	(142)	33.062	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV IV	1.671	24.000	(224)	25.447	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV X	3.042	17.390	(91)	20.341	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV X	1.532	22.000	(206)	23.326	-	-	-	-
		24.458	200.000	(1.456)	223.002	-	-	-	-
Total - Debêntures - Circulante		63.691	534.678	(5.480)	592.889	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características das debêntures

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas das debêntures							
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.	Periodicidade da amortização		Principal	Encargos
					Indexador	Juros (%)			
4ª Emissão 5ª Emissão 6ª Emissão	Alupar Alupar Alupar	fev/12 mai/12 abr/15	fev/18 mai/27 abr/21	150.000 300.000 250.000	CDI IPCA IPCA	1,45 7,80 7,33	Semestral Anual Anual	Semestral Semestral Semestral	
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	
3ª Emissão 4ª Emissão 5ª Emissão - Série I 5ª Emissão - Série II 6ª Emissão	EATE EATE EATE EATE EATE	mar/14 ago/14 set/16 set/16 set/17	mar/19 ago/20 set/19 set/21 set/22	270.000 159.000 126.000 54.000 70.000	CDI CDI CDI CDI CDI	1,15 109,75 113,00 116,00 107,75	Trimestral Trimestral Mensal Mensal Mensal	Trimestral Trimestral Mensal Mensal Mensal	
3ª Emissão 4ª Emissão	ECTE ECTE	mai/15 set/17	fev/20 set/22	70.000 75.000	CDI CDI	2,15 107,75	Trimestral Mensal	Trimestral Mensal	
2ª Emissão 3ª Emissão - Série I 3ª Emissão - Série II	ENTE ENTE ENTE	ago/14 set/16 set/16	ago/20 set/19 set/21	248.000 28.000 12.000	CDI CDI CDI	109,75 113,00 116,00	Trimestral Mensal Mensal	Trimestral Mensal Mensal	
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens 10.1 (f) (i) e (ii) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Empréstimos concedidos por nós, nossos acionistas ou afiliadas, a determinadas subsidiárias, podem encontram-se subordinados ao pagamento de determinadas dívidas das respectivas subsidiárias devedoras perante credores. Assim, em caso de evento de inadimplemento da subsidiária devedora perante certos credores, ficará a referida subsidiária impedida de efetuar qualquer pagamento a seus acionistas, seja no âmbito dos contratos de empréstimo acima referidos ou a qualquer outro título.

Além disso, as nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com preferências no pagamento sobre as dívidas quirografárias, nos termos da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas possuem algumas cláusulas restritivas à Companhia comuns em dívidas dessa natureza, relacionadas, principalmente, (i) à mudança de controle societário; (ii) à transferência de ativos operacionais; (iii) ao não atendimento de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados, e.g. dívida líquida / (dividendos + JCP + EBITDA) ou dividendos distribuídos / lucro líquido; (iv) ao descumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures ou de determinadas obrigações pecuniárias exigidas no âmbito de outros instrumentos de endividamento envolvendo a Companhia e suas controladas, ou ainda no caso de aceleração de outras dívidas; e (v) ao pagamento de dividendo superiores ao mínimo obrigatório, caso a respectiva emissora tenha

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

inadimplido quaisquer pagamentos no âmbito das debêntures. Nós acreditamos que todas essas cláusulas são consideradas padrão para este tipo de operação.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“**ICSD**”), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, possui os seguintes saldos dos seus contratos de financiamentos a serem liberados:

Empresa	Montante contratado	Liberações					Saldo a liberar em 31/12/2017
		29/03/2016	23/05/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	-	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	-	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	-	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	-	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	-	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	151.450	28.000	72.389	3.615	255.454	5.846

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão dos diretores da Companhia a seguir sobre a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações deverá ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")					
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.107.940	65,21%	1.241.664	72,81%	-10,77%
Sistema de geração de energia	591.108	34,79%	463.626	27,19%	27,50%
	1.699.048	100,00%	1.705.290	100,00%	-0,37%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(160.857)	-9,47%	(151.479)	-8,88%	6,19%
	1.538.191	90,53%	1.553.811	91,12%	-1,01%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(112.426)	-6,62%	(57.038)	-3,34%	97,11%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(28.196)	-1,66%	(26.725)	-1,57%	5,50%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.400)	-0,49%	(8.729)	-0,51%	-3,77%
	(149.022)	-8,77%	(92.492)	-5,42%	61,12%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(124.438)	-7,32%	(124.496)	-7,30%	-0,05%
Custo de infraestrutura	(40.142)	-2,36%	(39.815)	-2,33%	0,82%
Depreciação / amortização	(93.479)	-5,50%	(83.398)	-4,89%	12,09%
	(258.059)	-15,19%	(247.709)	-14,53%	4,18%
	(407.081)	-23,96%	(340.201)	-19,95%	19,66%
LUCRO BRUTO	1.131.110	66,57%	1.213.610	71,17%	-6,80%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(94.208)	-5,54%	(78.256)	-4,59%	20,38%
Equivaléncia patrimonial	23.377	1,38%	30.199	1,77%	-22,59%
Outras receitas	11.004	0,65%	83.489	4,90%	-86,82%
Outras despesas	(561)	-0,03%	(7.594)	-0,45%	-92,61%
	(60.388)	-3,55%	27.838	1,63%	-316,93%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.070.722	63,02%	1.241.448	72,80%	-13,75%
Despesas financeiras	(423.736)	-24,94%	(513.233)	-30,10%	-17,44%
Receitas financeiras	142.735	8,40%	82.978	4,87%	72,02%
	(281.001)	-16,54%	(430.255)	-25,23%	-34,69%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	789.721	46,48%	811.193	47,57%	-2,65%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(103.612)	-6,10%	(81.691)	-4,79%	26,83%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.616	1,15%	(39.777)	-2,33%	-149,31%
	(83.996)	-4,94%	(121.468)	-7,12%	-30,85%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	705.725	41,54%	689.725	40,45%	2,32%
Atribuído a sócios da empresa controladora	330.885	19,47%	310.812	18,23%	6,46%
Atribuído a sócios não controladores	374.840	22,06%	378.913	22,22%	-1,07%
	705.725	41,54%	689.725	40,45%	2,32%

Receita bruta

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.705,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.699,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 0,37%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R\$ 1.241,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.107,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 10,77% decorrente principalmente em decorrência da redução da receita da remuneração do ativo financeiro da concessão no montante R\$ 132,7 milhões principalmente das empresas EATE, ETEP, ENTE, ECTE e STN.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R\$ 463,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 591,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 27,5%, em decorrência principalmente de: aumento da liquidação do mercado spot, que passou de R\$ 13,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 97,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$ 160,8 milhões e R\$ 151,5 milhões, respectivamente. O aumento de 6,1% é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios considerados.

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos com energia elétrica encerraram em R\$ 149,02 milhões, 61,1% superior aos R\$ 92,5 milhões apurados no mesmo período de 2016. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R\$57,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 112,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência das estratégias de comercialização do mercado de spot e sazonalização.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passou de R\$ 26,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 28,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da Aneel.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$8,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 8,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL.

Custo de operação

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o custo de operação foi de R\$ 258,0 milhões, 4,2% superior aos R\$ 247,7 milhões apurados no exercício encerrado em 2016. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos dos serviços prestados fecharam em R\$ 124,4 milhões, em linha aos R\$ 124,5 milhões apurados em 2016.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura fechou em R\$40,1 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em linha aos R\$ 39,8 milhões no mesmo período em 2016.

Depreciação e amortização: a depreciação e amortização atingiu R\$93,5 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 12,1% superior aos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 83,4 milhões em 2016. Essa variação é decorrente principalmente da entrada em operação da PCH Morro Azul da SPE Risaralda e da PCH de La Virgen devido início da depreciação desses ativos.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 66,57% em 2017, contra 71,2% em 2016 em linha, a principal variação foi a redução da receita da remuneração do ativo financeiro da concessão no montante R\$ 132,7 milhões conforme detalhado acima, o lucro bruto passou de R\$1.213,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.131,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R\$ 27,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 60,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 em decorrência de:

Despesas administrativas e gerais: As despesas administrativas e gerais passaram de R\$ 78,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 94,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é em reajustes de alguns contratos de prestação de serviços e uma reversão no valor de R\$ 9 milhões no ano de 2016 de La Virgen.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R\$30,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$23,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Outras receitas: Outras receitas passaram de R\$83,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$11,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é em decorrência principalmente do ganho com venda da investida Transchile no Chile, no valor de R\$ 76,2 milhões, ganho com a venda do projeto de Forquilha IV em desenvolvimento na Alupar no valor de R\$ 4,0 milhões e demais receitas não recorrentes, não sendo comparativo com as outras receitas ocorridas no exercício de 31 de dezembro de 2017.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.241,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.070,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R\$ 430,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para uma despesa financeira de R\$ 281,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo essa variação em decorrência dos seguintes fatores:

Despesas financeiras: Despesas financeiras passaram de R\$513,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$423,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido as taxas de juros dos financiamentos.

Receitas financeiras: Receitas financeiras passaram de R\$82,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 142,7 milhões no exercício encerrado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 31 de dezembro de 2017, essa variação é decorrente dos saldos em caixa aplicados da controladora.

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R\$ 811,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 789,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 81,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 103,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 essa variação é decorrente da variação da base de cálculo de impostos e em função da opção de tributação das empresas coligadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$39,8 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 19,6 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é em decorrência da transmissora ENTE, que apresentou uma redução de R\$28,8 milhões em função da obtenção do benefício fiscal da SUDAM em dez/2016, com efeitos no ano de 2017.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício passou de R\$ 310,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 330,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")				
	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.241.664	72,81%	1.254.433	76,82%	-1,02%
Sistema de geração de energia	463.626	27,19%	378.486	23,18%	22,49%
	1.705.290	100,00%	1.632.919	100,00%	4,43%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(151.479)	-8,88%	(139.360)	-8,53%	8,70%
	1.553.811	91,12%	1.493.559	91,47%	4,03%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(57.038)	-3,34%	(58.509)	-3,58%	-2,51%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.725)	-1,57%	(26.342)	-1,61%	1,45%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.729)	-0,51%	(9.552)	-0,58%	-8,62%
	(92.492)	-5,42%	(94.403)	-5,78%	-2,02%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(124.496)	-7,30%	(101.004)	-6,19%	23,26%
Custo de infraestrutura	(39.815)	-2,33%	(75.778)	-4,64%	-47,46%
Depreciação / amortização	(83.398)	-4,89%	(68.753)	-4,21%	21,30%
	(247.709)	-14,53%	(245.535)	-15,04%	0,89%
	(340.201)	-19,95%	(339.938)	-20,82%	0,08%
	1.213.610	71,17%	1.153.621	70,65%	5,20%
LUCRO BRUTO					
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(78.256)	-4,59%	(108.380)	-6,64%	-27,79%
Equivalência patrimonial	30.199	1,77%	17.265	1,06%	74,91%
Outras receitas	83.489	4,90%	14.869	0,91%	461,50%
Outras despesas	(7.594)	-0,45%	(156)	-0,01%	4767,95%
	27.838	1,63%	(76.402)	-4,68%	-136,44%
	1.241.448	72,80%	1.077.219	65,97%	15,25%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	(513.233)	-30,10%	(513.552)	-31,45%	-0,06%
Receitas financeiras	82.978	4,87%	85.855	5,26%	-3,35%
	(430.255)	-25,23%	(427.697)	-26,19%	0,60%
	811.193	47,57%	649.522	39,78%	24,89%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS					
Imposto de renda e contribuição social correntes	(81.691)	-4,79%	(96.038)	-5,88%	-14,94%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39.777)	-2,33%	17.708	1,08%	-324,63%
	(121.468)	-7,12%	(78.330)	-4,80%	55,07%
	689.725	40,45%	571.192	34,98%	20,75%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Atribuído a sócios da empresa controladora	310.812	18,23%	209.169	12,81%	48,59%
Atribuído a sócios não controladores	378.913	22,22%	362.023	22,17%	4,67%
	689.725	40,45%	571.192	34,98%	20,75%

Receita bruta

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.632,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.705,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 4,43%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R\$ 1.254,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.241,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 1,02% decorrente principalmente em decorrência da redução do item da receita de construção no montante R\$ 35,9 milhões resultado de decorrente de construção e encerramento das construções, principalmente dos reforços na controlada ETVG, iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016.

Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de remuneração do ativo financeiro da concessão e da receita de transmissão de energia, no montante de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 16,9 milhões e R\$ 6,3 milhões, respectivamente, conforme receita calculada pelo ICPC 01 (R1).

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R\$ 378,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 463,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 22,49%, em decorrência principalmente de: (a) um aumento de 34,7% no volume de energia gerada e comercializada, passando de 2.196.754 MWh no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para 2.959.210 MWh no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, que, por sua vez, foram decorrentes: (i) da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas da Energia dos Ventos e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, com incremento na receita do sistema de geração de energia no montante de R\$ 52,6 milhões, ocasionado pelo aumento de 8,06% no preço médio de energia gerada e comercializada, que resultou num aumento de receita bruta de R\$336,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 397,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) redução da liquidação do mercado spot, que passou de R\$ 41,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 13,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016 dado que uma redução da liquidação do mercado spot.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 151,5 milhões e R\$ 139,3 milhões, respectivamente. O aumento de 8,7% é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios considerados. .

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos com energia elétrica encerraram em R\$ 92,5 milhões, 2,02% inferior aos R\$ 94,4 milhões apurados no mesmo período de 2015. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R\$58,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 57,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da estabilização do mercado e a consequente redução de compra de energia para atendimento e lastro.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passou de R\$ 26,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 26,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da Aneel.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$9,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 8,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da revisão tarifaria conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL.

Custo de operação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo de operação passou de R\$ 247,7 milhões, 0,9% superior aos R\$ 245,5 milhões apurados no exercício encerrado em 2015. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos dos serviços prestados fecharam em R\$ 124,5 milhões, 23,26% superior aos R\$ 101,0 milhões apurados em 2015, em decorrência de aumento dos custos de seguros, em função da amortização dos seguros da repactuação do risco hidrológico, no valor de R\$ 6,6 milhões, provisão para contingências, no valor de R\$ 0,9 milhões, custos de serviços de O&M, despesas com pessoal e com material, no valor de R\$ 14,7 milhões e variação de alugueis, no valor de R\$ 0,7 milhões.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura atingiu R\$ 39,8 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 47,42% inferior aos R\$ 75,7 milhões no mesmo período em 2015. Essa redução é decorrente de construção e encerramento das construções, principalmente das implantações autorizadas pela ANEEL dos reforços na controlada ETVG, iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016. Reforço é a implementação de novas instalações de transmissão, substituição ou adequação em instalações existentes, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, ainda, que resulte em alteração física da configuração da rede elétrica ou de uma instalação. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

Depreciação e amortização: a depreciação e amortização atingiu R\$ 83,4 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 21,3% superior aos R\$ 68,7 milhões em 2015. Essa variação é decorrente principalmente da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas Energias dos VENTOS e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, e consequente início da depreciação desses ativos.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 71,2% em 2016, contra 70,6% em 2015 em decorrência dos fatores acima descritos, principalmente pelo impacto da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas da Energia dos VENTOS e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, com incremento na receita do sistema de geração de energia no montante de R\$ 57,6 milhões e um aumento de 34,7% no volume de energia gerada e comercializada, o lucro bruto passou de R\$ 1.153,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.213,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R\$ 76,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 27,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência de:

Despesas administrativas e gerais: As despesas administrativas e gerais passaram de R\$ 108,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 78,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência dos nossos esforços de conter despesas o que resultou na redução das despesas com pessoal, no total de R\$ 17,3 milhões, despesa material, no total de R\$ 0,9 milhão, reversão de outras despesas de La Virgen, no total de R\$ 6,8 milhões, despesa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de outros tributos e taxas, no total de R\$ 0,9 milhões, despesas de doações, contribuições e subvenções, no total de R\$2,7 milhões, seguros, no valor de R\$2,0 milhões. A redução de despesas administrativas e gerais foi parcialmente compensada por um aumento na despesa de serviços de terceiros, no total de R\$ 0,5 milhões.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R\$17,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$30,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência principalmente do não reconhecimento de parte do resultado acumulado da Transnorte Energia S.A. devido ao nosso pedido de devolução amigável do contrato de concessão, no montante de R\$22,0 milhões, em 2015, e aumento no resultado da equivalência das empresas TME, no valor de R\$ 5 milhões, referente aumento de 64,58% (lucro líquido R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 frente R\$15,2 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Outras receitas: Outras receitas passaram de R\$14,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$83,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência principalmente do ganho com venda da investida Transchile no Chile, no valor de R\$ 76,2 milhões, ganho com a venda do projeto de Forquilha IV em desenvolvimento na Alupar no valor de R\$ 4,0 milhões e demais receitas não recorrentes, não sendo comparativo com as outras receitas ocorridas no exercício de 31 de dezembro de 2015.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.077,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.241,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R\$ 427,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para uma despesa financeira de R\$ 430,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo essa variação em decorrência dos seguintes fatores:

Despesas financeiras: Despesas financeiras passaram de R\$513,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$513,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não representando uma variação relevante.

Receitas financeiras: Receitas financeiras passaram de R\$85,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 82,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência de redução nas outras receitas no montante de R\$5,4 milhões e aumento nas receitas de aplicações financeiras no montante de R\$2,5 milhões.

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R\$ 649,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 811,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 96 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 81,7 milhões no exercício encerrado em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2016 essa redução é decorrente da variação da base de cálculo de impostos e em função da opção de tributação das empresas coligadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$17,7 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 39,8 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência dos ajustes da adoção da Lei 12.973 (fim do regime transitório de tributação), ocorrido em dezembro de 2015.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício passou de R\$ 209,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 310,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Consolidado				
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.597.227	31,4%	2.577.166	25,2%	39,6%
Investimentos de curto prazo	1.580.070	13,8%	613.734	6,0%	157,5%
Títulos e valores mobiliários	365.765	3,2%	215.439	2,1%	69,8%
Contas a receber de clientes	124.002	1,1%	100.805	1,0%	23,0%
Dividendos a receber - partes relacionadas	234.647	2,0%	207.017	2,0%	13,3%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	16.878	0,1%	7.335	0,1%	130,1%
Outros tributos compensáveis	61.569	0,5%	49.656	0,5%	24,0%
Adiantamento a fornecedores	2.449	0,0%	3.802	0,0%	-35,6%
Estoques	19.445	0,2%	9.583	0,1%	102,9%
Despesas pagas antecipadamente	662	0,0%	588	0,0%	12,6%
Ativo financeiro da concessão	6.956	0,1%	8.723	0,1%	-20,3%
Outros ativos	1.105.358	9,6%	1.237.557	12,1%	-10,7%
	79.426	0,7%	122.927	1,2%	-35,4%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7.866.145	68,6%	7.652.835	74,8%	2,8%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	12.092	0,1%	10.439	0,1%	15,8%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.703	0,0%	4.295	0,0%	9,5%
Outros tributos compensáveis	31.187	0,3%	36.506	0,4%	-14,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.774	0,0%	7.566	0,1%	-63,3%
Adiantamento a fornecedores	13.443	0,1%	15.299	0,1%	-12,1%
Estoques	868	0,0%	2.394	0,0%	-63,7%
Caucões e depósitos judiciais	26.081	0,2%	26.113	0,3%	-0,1%
Ativo financeiro da concessão	14.988	0,1%	13.257	0,1%	13,1%
Outros ativos	3.218.152	28,1%	3.214.062	31,4%	0,1%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	28.421	0,2%	33.542	0,3%	-15,3%
Propriedades para investimento	331.674	2,9%	325.502	3,2%	1,9%
Imobilizado	7.786	0,1%	7.786	0,1%	0,0%
Intangível	4.025.510	35,1%	3.810.323	37,2%	5,6%
	148.466	1,3%	145.751	1,4%	1,9%
ATIVO TOTAL	11.463.372	100,0%	10.230.001	100,0%	12,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.705.261	14,9%	1.777.465	17,4%	-4,1%
Debêntures	619.446	5,4%	662.439	6,5%	-6,5%
Fornecedores	471.937	4,1%	522.445	5,1%	-9,7%
Salários, férias e encargos sociais	141.599	1,2%	166.502	1,6%	-15,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.763	0,2%	12.716	0,1%	55,4%
Outros tributos a pagar	71.206	0,6%	44.561	0,4%	59,8%
Provisões de constituição dos ativos	35.788	0,3%	53.682	0,5%	-33,3%
Dividendos a pagar - partes relacionadas	38.877	0,3%	42.979	0,4%	-9,5%
Provisão para gastos ambientais	213.404	1,9%	180.680	1,8%	18,1%
Taxas regulamentares e setoriais	15.228	0,1%	21.789	0,2%	-30,1%
Provisões para contingências	58.776	0,5%	52.576	0,5%	11,8%
Outras obrigações	77	0,0%	277	0,0%	-72,2%
	19.160	0,2%	16.819	0,2%	13,9%
NÃO CIRCULANTE	4.151.314	36,2%	3.894.725	38,1%	6,6%
Empréstimos e financiamentos	1.659.989	14,5%	1.558.146	15,2%	6,5%
Debêntures	2.011.799	17,5%	1.824.621	17,8%	10,3%
Fornecedores	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	-	0,0%	125	0,0%	-100,0%
Outros tributos a pagar	649	0,0%	8	0,0%	8012,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.483	0,0%	1.485	0,0%	-0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	435.151	3,8%	468.660	4,6%	-7,1%
Provisões para contingências	7.531	0,1%	6.490	0,1%	16,0%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	904	0,0%	-18,8%
Provisões de constituição dos ativos	6.677	0,1%	8.107	0,1%	-17,6%
Outras obrigações	27.301	0,2%	26.179	0,3%	4,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.883.930	33,9%	2.899.182	28,3%	34,0%
Capital social subscrito e integralizado	2.981.996	26,0%	2.148.533	21,0%	38,8%
(-) Gastos com emissão de ações	(65.225)	-0,6%	(34.569)	-0,3%	88,7%
Reserva de capital	48.953	0,4%	51.509	0,5%	-5,0%
Reservas de lucros	907.750	7,9%	735.104	7,2%	23,5%
Dividendo adicional proposto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes	10.456	0,1%	(1.395)	0,0%	-849,5%
Participação de acionistas não controladores	1.722.867	15,0%	1.658.629	16,2%	3,9%
Patrimônio líquido total	5.606.797	48,9%	4.557.811	44,6%	23,0%
PASSIVO TOTAL	11.463.372	100,0%	10.230.001	100,0%	12,1%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R\$ 613,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.580,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 157,5%. Essa variação ocorreu especialmente, pelas seguintes razões: aumento do caixa através de emissão de ações no montante de R\$ 833,5 milhões.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R\$ 215,4 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 365,8 milhões, em 31 de dezembro de 2017. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função dos seguintes fatores: aplicação dos recursos das atividades de financiamento.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 105,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 128,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 22,5%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é principalmente em decorrência da captação de novos empréstimos e antigos que exigem as aplicações financeiras como garantia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 217,4 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 246,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 13,5%. Essa variação está em linha com o fluxo de recebimento de clientes de curto prazo.

Ativo financeiro da concessão (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.451,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 4.323,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017, não apresentando variação significativa.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 11,9 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 20,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de 69,6%. Essa variação ocorreu principalmente em razão das obras da Verde 8, que possuí saldo de adiantamento a fornecedores.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R\$ 3.810,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 4.025,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017. A variação positiva de 5,6% é explicada pelos projetos que estão em fase de construção ETAP, ETC e Verde 8.

Intangível

O saldo dessa conta passou de R\$ 145,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 148,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de 1,9%. Entendemos que essa variação ocorreu, especialmente pelos projetos em fase de construção Verde 8, ETAP e ETC.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 166,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 141,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017. A redução do saldo de 15,0% é explicada principalmente pela entrada em operação dos projetos de reforços das controladas de transmissão e conclusão dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos no ano de 2016.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.220,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.279,4 milhões, em 31 de dezembro de 2017. O aumento de 2,6% é explicado pelo ingresso de novas dívidas, no montante de R\$ 374,6 milhões, provisão de encargos e variações, no montante de R\$ 132,4 milhões e pagamentos de principal e juros, no montante de R\$ 448,1 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.347,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.483,7 milhões, em 31 de dezembro de 2017. A redução do saldo na ordem de 5,82% é explicada principalmente pelas seguintes razões: ingresso de novas dívidas no montante de R\$ 597,7 milhões, provisão de encargos e variação monetária, no montante de R\$ 235,6 milhões e amortização de principal e encargos, no montante de R\$ 696,7 milhões.

Tributos e contribuições sociais a recolher (circulante e não circulante)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo dessa conta passou de R\$ 98,2 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 76,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017. A variação negativa de 22,4% é decorrente principalmente do resultado tributável das companhias.

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R\$ 180,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 213,4 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 18,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do resultado do lucro líquido auferido pela Companhia referente ao exercício de 2017.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R\$ 468,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 435,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 7,1%. Essa redução do saldo é decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, e dos incentivos fiscais da Sudam para a transmissora ENTE.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.557,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 5.606,8 milhões, em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 23,0%. Essa variação ocorreu, especialmente, por aumentos de capital social no montante de R\$ 833,5 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.577.166	25,2%	2.262.011	22,8%	13,9%
Investimentos de curto prazo	613.734	6,0%	591.857	6,0%	3,7%
Títulos e valores mobiliários	215.439	2,1%	44.430	0,4%	384,9%
Contas a receber de clientes	100.805	1,0%	82.907	0,8%	21,6%
Dividendos a receber - partes relacionadas	207.017	2,0%	182.712	1,8%	13,3%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.335	0,1%	4.524	0,0%	62,1%
Outros tributos compensáveis	49.656	0,5%	39.419	0,4%	26,0%
Adiantamento a fornecedores	3.802	0,0%	12.623	0,1%	-69,9%
Estoques	9.583	0,1%	35.349	0,4%	-72,9%
Despesas pagas antecipadamente	588	0,0%	541	0,0%	8,7%
Ativo financeiro da concessão	8.723	0,1%	9.868	0,1%	-11,6%
Outros ativos	1.237.557	12,1%	1.190.907	12,0%	3,9%
	122.927	1,2%	66.874	0,7%	83,8%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7.652.835	74,8%	7.646.695	77,2%	0,1%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10.439	0,1%	8.358	0,1%	24,9%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.295	0,0%	6.844	0,1%	-37,2%
Outros tributos compensáveis	36.506	0,4%	17.901	0,2%	103,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.566	0,1%	8.287	0,1%	-8,7%
Adiantamento a fornecedores	15.299	0,1%	12.382	0,1%	23,6%
Estoques	2.394	0,0%	2.394	0,0%	0,0%
Caucões e depósitos judiciais	26.113	0,3%	25.534	0,3%	2,3%
Ativo financeiro da concessão	13.257	0,1%	7.666	0,1%	72,9%
Outros ativos	32.114.062	31,4%	3.276.307	33,1%	-1,9%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	33.542	0,3%	43.533	0,4%	-23,0%
Propriedades para investimento	325.502	3,2%	416.996	4,2%	-21,9%
Imobilizado	7.786	0,1%	9.271	0,1%	-16,0%
Intangível	3.810.323	37,2%	3.661.828	37,0%	4,1%
	145.751	1,4%	149.394	1,5%	-2,4%
ATIVO TOTAL	10.230.001	100,0%	9.908.706	100,0%	3,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE	1.777.465	17,4%	1.869.048	18,9%	-4,9%
Empréstimos e financiamentos	662.439	6,5%	519.997	5,2%	27,4%
Debêntures	522.445	5,1%	592.889	6,0%	-11,9%
Fornecedores	166.502	1,6%	341.561	3,4%	-51,3%
Salários, férias e encargos sociais	12.716	0,1%	10.284	0,1%	23,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	44.561	0,4%	55.897	0,6%	-20,3%
Outros tributos a pagar	53.682	0,5%	26.112	0,3%	105,6%
Provisões de constituição dos ativos	42.979	0,4%	83.449	0,8%	-48,5%
Dividendos a pagar - partes relacionadas	180.680	1,8%	150.764	1,5%	19,8%
Provisão para gastos ambientais	21.789	0,2%	22.239	0,2%	-2,0%
Taxas regulamentares e setoriais	52.576	0,5%	48.213	0,5%	9,0%
Provisões para contingências	277	0,0%	66	0,0%	319,7%
Outras obrigações	16.819	0,2%	17.577	0,2%	-4,3%
NÃO CIRCULANTE	3.894.725	38,1%	3.972.612	40,1%	-2,0%
Empréstimos e financiamentos	1.558.146	15,2%	1.557.321	15,7%	0,1%
Debêntures	1.824.621	17,8%	1.958.153	19,8%	-6,8%
Fornecedores	-	0,0%	250	0,0%	-100,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	125	0,0%	359	0,0%	-65,2%
Outros tributos a pagar	8	0,0%	26	0,0%	-69,2%
Imposto de renda e contribuição social	1.485	0,0%	1.555	0,0%	-4,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	468.660	4,6%	406.610	4,1%	15,3%
Provisões para contingências	6.490	0,1%	4.213	0,0%	54,0%
Provisão para gastos ambientais	904	0,0%	11.214	0,1%	-91,9%
Provisões de constituição dos ativos	8.107	0,1%	9.606	0,1%	-15,6%
Outras obrigações	26.179	0,3%	23.305	0,2%	12,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.899.182	28,3%	2.510.077	25,3%	15,5%
Capital social subscrito e integralizado	2.148.533	21,0%	1.625.227	16,4%	32,2%
(-) Gastos com emissão de ações	(34.569)	-0,3%	(34.569)	-0,3%	0,0%
Reserva de capital	51.509	0,5%	52.749	0,5%	-2,4%
Reservas de lucros	735.104	7,2%	747.777	7,5%	-1,7%
Dividendo adicional proposto	-	0,0%	75.617	0,8%	-100,0%
Outros resultados abrangentes	(1.395)	0,0%	43.276	0,4%	-103,2%
Participação de acionistas não controladores	1.658.629	16,2%	1.556.969	15,7%	6,5%
Patrimônio líquido total	4.557.811	44,6%	4.067.046	41,0%	12,1%
PASSIVO TOTAL	10.230.001	100,0%	9.908.706	100,0%	3,2%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R\$ 591,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 613,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 3,7%. Essa variação ocorreu especialmente, pelas seguintes razões: aumento do caixa pelas atividades de financiamento (aumento de capital da controlada) e recebimento de dividendos.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R\$ 44,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 215,44 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função dos seguintes fatores: aplicação dos recursos das atividades de financiamento.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 82,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 100,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 21,6%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é principalmente em decorrência da captação de novos empréstimos e antigos que exigem as aplicações financeiras como garantia, bem como a aplicação em títulos e valores mobiliários na importância de R\$ 150,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 191,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 217,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 13,8%. Essa variação ocorreu, principalmente em função da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos, bem como maior fluxo no recebimento de clientes de curto prazo.

Ativo financeiro da concessão (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.467,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 4.451,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, não apresentando variação significativa.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 37,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 68,4%. Essa variação ocorreu principalmente em razão da finalização de obras de reforços e conclusão dos Parques Eólicos, que possuíam saldo de adiantamento a fornecedores.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R\$ 3.661,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 3.810,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva de 4,1% é explicada pelos projetos que estão em fase de construção das PCHs Risaralda (Colombia) e La Virgen (Peru).

Intangível

O saldo dessa conta passou de R\$ 149,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 145,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 2,5%. Entendemos que essa variação ocorreu, especialmente pelas amortizações do intangível.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 341,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 166,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016. O redução do saldo de 51,3% é explicado principalmente pela entrada em operação dos projetos de reforços das controladas de transmissão e conclusão dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.077,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.220,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 6,9% é explicado pelo ingresso de novas dívidas, no montante de R\$ 513,2 milhões, provisão de encargos e variações, no montante de R\$ 129,6 milhões e pagamentos de principal e juros, no montante de R\$ 499,39 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.551,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.347,06 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A redução do saldo na ordem de 8,0% é explicada principalmente pelas seguintes razões: ingresso de novas dívidas no montante de R\$ 286,5 milhões, provisão de encargos e variação monetária, no montante de R\$ 339,2 milhões e amortização de principal e encargos, no montante de R\$ 829,7 milhões.

Tributos e contribuições sociais a recolher (circulante e não circulante)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo dessa conta passou de R\$ 82,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 98,2 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva de 19,8% é decorrente principalmente do resultado tributável das companhias.

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R\$ 150,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 180,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 19,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do resultado do lucro líquido auferido pela Companhia referente ao exercício de 2016.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R\$ 406,6 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 468,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15,3%. Esse aumento do saldo é decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, e do regime de lucro presumido para lucro real, provenientes dos contratos de concessão, nos termos do ICPC 01.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.067,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 4.557,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12,1%. Essa variação ocorreu, especialmente, por aumentos de capital social no montante de R\$523,0 milhões, tendo o primeiro ocorrido em 20 de abril de 2016, no montante de R\$173 milhões, através de capitalização da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações, à razão de 6,5% e o segundo ocorrido em 21 de julho de 2016, no montante de R\$ 350,0 milhões, através de emissão de novas 125.984.470 ações, sendo 92.989.859 ações ordinárias e 32.994.611 preferenciais. As demais variações ocorreram pelo pagamento de dividendos adicional proposto, no montante de R\$ 75,0 milhões e redução dos resultados abrangente, no valor de R\$ 45,0 milhões negativos, referente aos efeitos da conversão dos balanços das empresas fora do Brasil e resultado do exercício de 2016.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	Variação
			Analise Horinztal %
Lucro antes do IR/CS	789.721	811.193	(21.472) -2,6%
Itens que não afetam as disponibilidades	381.466	560.297	(178.831) -31,9%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(65.870)	(236.048)	170.178 -72,1%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.105.317	1.135.442	(30.125) -2,7%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(335.217)	(440.319)	105.102 -23,9%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	195.081	(668.503)	863.584 -129,2%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	1.155	(4.743)	5.898 -124,4%
Caixa e equivalentes de caixa	966.336	21.877	944.459 4317,1%
No início do exercício	613.734	591.857	21.877 3,7%
No fim do exercício	1.580.070	613.734	966.336 157,5%
Saldo no final do período	966.336	21.877	944.459 4317,1%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 966,3 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 944,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa gerado pelas atividades operacionais: Caixa gerado de R\$1.105,3 milhões, representando uma variação negativa de R\$30,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R\$1.171,2 milhões, em 31 de dezembro de 2017, frente ao montante R\$ 1.371,5 milhões de 31 de dezembro de 2016.

Houve ainda o aumento das variações das contas no passivo e no ativo principalmente pelo maior fluxo de pagamentos de fornecedores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido a conclusão dos Parques Eólicos, representando uma variação de R\$ 7,0 milhões gerados no exercício de 31 de dezembro de 2017, frente R\$ 147,8 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2017.

Ainda, registrou-se a redução no valor de R\$15,4 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$72,8 milhões, frente aos R\$88,2 milhões recolhidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(ii) Caixa aplicado pelas atividades de investimentos: Caixa aplicado de R\$ 335,2 milhões representando uma variação 23,9% negativo comparado aos R\$ 440,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação é derivada do aumento do volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$ 89,7 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2017, frente ao volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$150,3 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2016, totalizando uma variação de R\$60,6 milhões aplicada.

Houve, ainda, uma redução no volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 83,0 milhões, quando comparado o volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 235,3 milhões no exercício de 2017, frente a R\$ 318,3 milhões no exercício de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Registrhou-se, também, um aumento de R\$ 87,7 milhões no caixa gerado na venda de investimentos no exercício de 31 de dezembro de 2016, em decorrência da venda da Transchile.

(iii) Caixa aplicado pelas atividades de financiamento: Caixa proveniente de R\$ 195,1 milhões representando uma variação de R\$ 863,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A variação é derivada, principalmente, do menor fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que, em 31 de dezembro de 2017, representou R\$ 972,3 milhões, comparado com R\$799,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, variação de R\$ 172,6 milhões;

Houve, ainda, a emissão de novas ações no montante de R\$ 833,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017, comparado ao aumento de capital no montante de R\$350,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando variação positiva R\$ 483,5 milhões.

Registra-se ainda, a variação de pagamentos e juros de no valor R\$1.144,8 milhões, em 31 de dezembro de 2017, frente a R\$ 1.329,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma variação de R\$ 184,3 milhões. Por fim, registrou-se o pagamento de dividendos, no montante de R\$435,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, frente R\$489,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação de R\$53,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	Variação
			Analise Horizontal %
Lucro antes do IR/CS	811.193	649.522	161.671 24,9%
Itens que não afetam as disponibilidades	560.297	524.061	36.236 6,9%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(236.048)	89.448	(325.496) -363,9%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.135.442	1.263.031	(127.589) -10,1%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(440.319)	(504.576)	64.257 -12,7%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(668.503)	(480.765)	(187.738) 39,0%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(4.743)	(23.525)	18.782 -79,8%
Caixa e equivalentes de caixa	21.877	254.165	(232.288) -91,4%
No início do exercício	591.857	337.692	254.165 75,3%
No fim do exercício	613.734	591.857	21.877 3,7%
Saldo no final do período	21.877	254.165	(232.288) -91,4%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 21,9 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 232,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa gerado pelas atividades operacionais: Caixa gerado de R\$1.135,4 milhões, representando uma variação negativa de R\$127,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R\$1.371,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016, frente ao montante R\$ 1.173,6 milhões de 31 de dezembro de 2015.

Houve ainda o aumento das variações das contas no passivo e no ativo principalmente pelo maior fluxo de pagamentos de fornecedores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido a conclusão dos Parques Eólicos, representando uma variação de R\$ 147,8 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente R\$ 187,9 milhões gerados no exercício de 31 de dezembro de 2015.

Ainda, registrou-se a redução no valor de R\$10,2 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$88,2 milhões, frente aos R\$98,4 milhões recolhidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Caixa aplicado pelas atividades de investimentos: Caixa aplicado de R\$ 440,3 milhões representando uma variação de R\$ 64,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação é derivada do aumento do volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$ 150,3 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente ao volume de resgate de investimentos de curto prazo no montante de R\$191,3 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2015, totalizando uma variação de R\$341,6 milhões aplicada.

Houve, ainda, uma redução no volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 318,3 milhões, quando comparado o volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 368,4 milhões no exercício de 2016, frente a R\$ 686,7 milhões no exercício de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Registra-se, também, um aumento de R\$ 87,7 milhões no caixa gerado na venda de investimentos, variando de R\$ 78,5 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente ao valor aplicado de R\$ 9,2 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2015.

(iii) Caixa aplicado pelas atividades de financiamento: Caixa aplicado de R\$ 668,5 milhões representando uma variação de R\$ 187,7 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação é derivada, principalmente, do menor fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que, em 31 de dezembro de 2016, representou R\$ 799,7 milhões, comparado com R\$ 1.024,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, variação de R\$ 224,3 milhões;

Houve, ainda, a emissão de novas ações no montante de R\$ 350,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, comparado ao aumento de capital no montante de R\$ 110,7 milhões na coligada TNE, em 31 de dezembro de 2015, representando variação positiva R\$ 460,7 milhões.

Registra-se ainda, a variação de pagamentos e juros de no valor R\$ 1.329,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, frente a R\$ 921,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma variação de R\$ 407,8 milhões. Por fim, registrou-se o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 489,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, frente R\$ 473,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação de R\$ 16,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Diretoria acredita que os principais fatores que impactaram o desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 são:

No segmento de transmissão verificou-se:

- Em 2017, (a) Reajuste da RAP (1,57% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 3,60% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA; disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações Parcela Variável ("PV") 0,72% em 2017; (c) redução na receita líquida das transmissoras EATE e ETEP, em razão da queda de 50% da Receita Anual Permitida - RAP, pro rata temporis para o ciclo 2017/2018, em função do aniversário de 15 anos da entrada em operação (EATE: mar/18; ETEP: ago/17); (d) redução na receita líquida da ECTE, em razão da queda de 50% da RAP, devido ao aniversário de 15 anos da entrada em operação (mar/17) e; (e) redução na receita das transmissoras ETES, ETSE e TNE, devido a revisão tarifária.
- Em 2016, (a) Reajuste da RAP (11,09% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 9,32% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA; (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações Parcela Variável ("PV") 0,35% em 2016); (c) entrada em operação da primeira fase do RBNI da ETVG em mar/16 e da segunda fase em jun/16; (d) redução na receita líquida da ECTE em razão da queda de 50% da RAP, pro rata temporis, para o ciclo 2016/2017 e; (e) alienação de participação acionária da Alupar na Transchile.
- Em 2015, (a) Reajuste da RAP (4,11% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 8,47% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPC-A; (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações (PV 0,56% em 2015); (c) entrada em operação da transmissora ETSE (4T14); e (d) entrada em operação da subestação Boa Vista (2T15), de responsabilidade da TNE.

No segmento de Geração verificou-se:

- Em 2017, (a) aumento na receita bruta da PCH Morro azul, em razão da menor geração de energia no 4T16, trimestre no qual a usina entrou em operação e, desta forma, ocorreram algumas paradas previstas; (b) ganho com a venda da energia excedente, devido à estratégia de sazonalização da Companhia, nas usinas Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes (que teve sobra de energia em nov/17) e nas PCHs Queluz e Lavrinhas; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).
- Em 2016, um crescimento de 29,3% na receita líquida, deve-se a: (a) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas e; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).
- Em 2015, um crescimento de 17,8% na receita líquida, devido: (a) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M); (b) início do CCEAR da UHE Ferreira Gomes em janeiro/15, e; (c) início da entrega de energia no mercado livre da UHE Ferreira Gomes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.705,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.699,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 0,4%. A variação do saldo se deve, principalmente, em função da redução da taxa de remuneração do ativo financeiro de algumas transmissoras, dado que, para cálculo desta taxa, são utilizadas projeções de inflação (IGP-M / IPCA), as quais foram reduzidas quanto comparado o 2017 vs. 2016, efeito este mitigado pelo crescimento na receita de suprimento de energia, que se deve a: (i) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M); (ii) ganho com a venda da energia excedente, em decorrência da estratégia de sazonalização da Companhia; e (iii) aumento na receita bruta da PCH Morro azul, em razão da entrada em operação ter ocorrido em set/16.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais consolidados e de nossas controladas são afetados de maneira significativa por diversos fatores, incluindo, especialmente: (i) disponibilidade da rede de transmissão de energia elétrica; (ii) reajuste da RAP das Concessionárias; (iii) fatores regulatórios, inclusive decisões, normas e políticas adotadas pelo MME, ANEEL, ONS e outras entidades regulatórias do setor de transmissão de energia elétrica; (iv) exposição a taxas de câmbio e de juros; (v) índice pluviométrico; e (vi) condições macroeconômicas do Brasil.

No Segmento de Transmissão, destacamos que houve uma redução de 1,1% no lucro líquido, que se deve a redução no EBITDA devido à redução da Receita Bruta Ajustada, principalmente em razão da diminuição da Receita de Remuneração do Ativo Financeiro da Concessão, em função da redução da taxa de remuneração do ativo financeiro de algumas transmissoras, dado que, para cálculo desta taxa, são utilizadas projeções de inflação (IGP-M / IPCA), as quais foram reduzidas quanto comparado o 2017 vs. 2016, no entanto, a queda foi minimizada pela redução no Resultado Financeiro devido à: (i) redução da dívida líquida, de R\$ 1.571 bi em 2016 para R\$ 1.265 bi em 2017; (ii) redução da taxa média dos depósitos interfinanceiros ("CDI"), que registrou 9,93% em 2017, ante 14,00% em 2016; e (iii) redução da taxa de juros de longo prazo ("TJLP") a partir de abril de 2017, de 7,5% a.a para 7,0% a.a. e; (d) redução no IRPJ/CSLL, devido principalmente à: (i) redução de R\$ 33,1 milhões na transmissora ENTE, que apresentou uma redução de R\$ 35,3 milhões na linha do IR diferido, devido a redução da alíquota de IR, em 2017, em razão da obtenção do benefício fiscal SUDAM em dez/2016; e (ii) redução de R\$ 14,9 milhões na transmissora STN, que contabilizou em 2016 um valor de R\$ 20,7 milhões no IR diferido, devido a um ajuste extraordinário, em função do cálculo da taxa efetiva de IR ao longo da concessão e apresentou um saldo de R\$ 4,6 milhão nesta conta no 4T17.

No Segmento de Geração, destacamos que o aumento no lucro líquido de 77,5% se deve a: (a) aumento no EBITDA em razão do aumento na Receita Bruta em função do: (i) aumento na receita bruta da PCH Morro Azul; (ii) ganho com a venda da energia excedente, devido a estratégia de sazonalização da Companhia e; (iii) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M) e; (b) redução no Resultado Financeiro, que se deve principalmente, pela redução da dívida bruta nas geradoras, em função das amortizações dos empréstimos e da redução das taxas de juros que incidem sobre os contratos de financiamento.

O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Ocorreu que em 2017 esta relação ficou em 81,5%, ou seja, os geradores participantes do MRE geraram menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, ocasionado pelo risco hidrológico, incorreu em uma exposição que foi rateada proporcionalmente levando-se em conta a garantia física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora necessitou comprar os MWh faltantes

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE.

Vale ressaltar que em 2015, devido as primeiras disputas judiciais e requerimentos sobre a aplicação do fator de ajuste da garantia física das usinas integrantes do MRE, a ANEEL deu início a Audiência Pública nº 032/2015, que resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, que foi o resultado da edição da Medida Provisória nº 688/2015, em agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

As subsidiárias Ferreira Gomes S.A., Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. da Companhia decidiram aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR. A adesão à repactuação terá efeitos retroativos a partir de janeiro de 2015 e conta com a desistência das ações judiciais que protegia as usinas do Grupo contra os efeitos do GSF.

A Companhia contabilizou os efeitos positivos da repactuação para as empresas que aderiram no Resultado de 4T15. É importante ressaltar que este prêmio, com correção pelo IPCA, passará a ser pago apenas após a quitação do “ativo gerador”, sendo para Foz do Rio Claro e Ijuí a partir de julho de 2020 e para Ferreira Gomes a partir de abril de 2029.

b. variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxa de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa Diretoria entende que nosso resultado e de nossas controladas e coligadas são direta e significativamente impactados pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL.

Com relação às atividades de transmissão de energia elétrica, o fato gerador de receita de nossas Controladas e Controladas em Conjunto consiste na disponibilidade das linhas de transmissão e subestações das suas concessões e não no volume de energia transmitida e nossas controladas tem direito a receber a RAP a qual é fixa por concessão, sendo anualmente reajustada pelo IGP-M ou o IPC-A.

Dessa forma, a Diretoria entende que nossa receita é afetada pela: (i) variação da inflação; e/ou (ii) inserção de novas linhas de transmissão no grupo. Esta inserção se dá com uma política de crescimento consistente e com sinergia operacional, o que faz com que seja possível implantarmos novas transmissoras com grande eficiência, por meio de participação nos leilões de transmissão e aquisições.

O faturamento de companhias de geração no Brasil depende principalmente dos contratos de venda de energia lastreados por suas respectivas Garantias Físicas. A Garantia Física de uma usina é definida pelo MME e consta de seu Contrato de Concessão ou Ato de Autorização. Em 1998, o Governo Federal instituiu o MRE no intuito de estabelecer o compartilhamento dos riscos hidrológicos (ou escassez hídrica) entre as geradoras hidrelétricas.

A receita líquida ajustada consolidada da Companhia totalizou R\$ 1.498,0 milhões em 2017, 1,1% inferior aos R\$ 1.514,0 milhões registrados em 2016 e 6,8% superior aos R\$ 1.417,8 registrados em 2015. A receita consolidada proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 65% e 35% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TME e TNE), são impactadas apenas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

Em 2017, a RAP das concessionárias foi reajustada em 1,57% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 3,60% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2016, a RAP das

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

concessionárias foi reajustada em 11,09% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 9,32% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2015, a RAP das concessionárias foi reajustada em 4,11% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 8,47% de acordo com o índice de inflação IPCA.

Em 2017, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 535,2 milhões, 21,8% superior aos R\$ 439,5 milhões registrados em 2016, devido a: (a) aumento na receita bruta da PCH Morro azul, em razão da menor geração em 2016, pois a PCH entrou em operação em set/16; (b) ganho com a venda da energia excedente, devido à estratégia de sazonalização da Companhia nas usinas Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes, Queluz e Lavrinhas; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Em 2016, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 439,5 milhões, 29,3% superior aos R\$ 340,0 milhões registrados em 2015, devido a: (a) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Abaixo, segue a abertura do Receita da Companhia:

Receita Líquida Ajustada (R\$ MM)			
	2017	2016	2015
Receita de Transmissão de Energia	113,6	114,9	108,7
Receita de Infraestrutura	40,1	39,8	75,8
Remuneração do Ativo de Concessão	954,2	1.086,9	1.070,0
Suprimento de Energia	591,1	463,6	378,5
Receita Bruta - IFRS	1.699,0	1.705,3	1.632,9
Deduções	160,9	151,5	139,4
Receita Líquida - IFRS	1.538,2	1.553,8	1.493,6
Exclusão da Receita de Infraestrutura	40,1	39,8	75,8
Receita Bruta Ajustada	1.658,9	1.665,5	1.557,1
Receita Líquida Ajustada	1.498,0	1.514,0	1.417,8

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Nosso resultado operacional e financeiro pode ser afetado pela inflação e pelos juros, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorridos em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices, tais como o IGP-M, IPC-A, a TJLP e a taxa dos CDI. Com o objetivo de mitigar esse tipo de risco, buscamos diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações de swap vigentes. Não obstante, a Companhia poderá vir a contratar tais operações em determinadas circunstâncias,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

com o objetivo de travar o custo financeiro ocasionado pela inflação e pelas variações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R\$ 4.763,2 milhões em dez/17, R\$ 195,5 milhões superior aos R\$ 4.567,7 milhões apurados em dez/16. Esta variação é explicada principalmente pela: (i) captação de novos empréstimos nas subsidiárias: EATE, ECTE, Transleste, Transudeste, Transirape, Verde 8, ETAP, ETC e La Virgen no montante de R\$ 970,1 milhões; (ii) amortização parcial e pagamento de juros das dívidas da Alupar – Holding no montante de R\$ 192,3 milhões; (iii) provisões de encargos e variações monetárias nas dívidas da Alupar - Holding, no montante de R\$ 80,4 milhões; (iv) amortização parcial das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 653,0 milhões; (v) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 299,6 milhões; (vi) ganho com a valorização do BRL frente a USD, nas dívidas das UHE La Virgen e da PCH Morro Azul, impacto de R\$ 37,1 milhões; (vii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R\$ 324,6 milhões.

As disponibilidades totalizaram R\$ 2.074,5 milhões, ante os R\$ 934,3 milhões registrados em dez/16. Esta variação de R\$ 1.140,2 milhões no caixa, deve-se, principalmente: (i) ao aumento de capital da Alupar – Holding, no montante de R\$ 833,5 milhões, homologado em 4 de abril de 2017; (ii) à captação de empréstimos bridges das transmissoras ETAP e ETC, que totalizaram R\$ 250,0 milhões e (iii) captação do empréstimo de longo prazo de La Virgem, liberado em dez/17, no montante de USD 80,0 milhões (R\$ 267,5 milhões).

A dívida líquida registrada em dez/17 foi de R\$ 2.688,6 milhões, R\$ 944,8 milhões inferior aos R\$ 3.633,4 milhões registrados em dez/16.

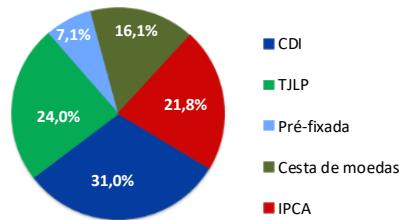
Da dívida bruta consolidada, R\$ 727,4 milhões referem-se à Alupar - Holding, outros R\$ 3.029,4 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e por fim R\$ 1.006,4 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo que R\$ 632,9 milhões estão alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen; R\$ 103,1 milhões alocados na implantação da PCH Verde 8; R\$ 20,1 milhões alocados na implantação do reforço da ETVG; R\$ 150,2 milhões alocados na implantação da transmissora ETAP e; R\$ 100,1 milhões na implantação da transmissora ETC.

Em dez/17, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.483,7 milhões ou 52,1% do total da dívida. As debêntures de emissão da Alupar - Holding representam um saldo de R\$ 725,9 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste, Energia dos Ventos, Verde 8, ETAP e ETC representam um saldo de R\$ 1.757,8 milhões.

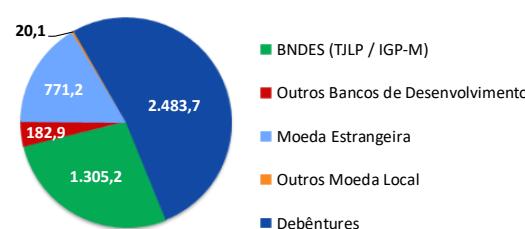
A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 771,2 milhões ou 16,1% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:

Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- * Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG
- * Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

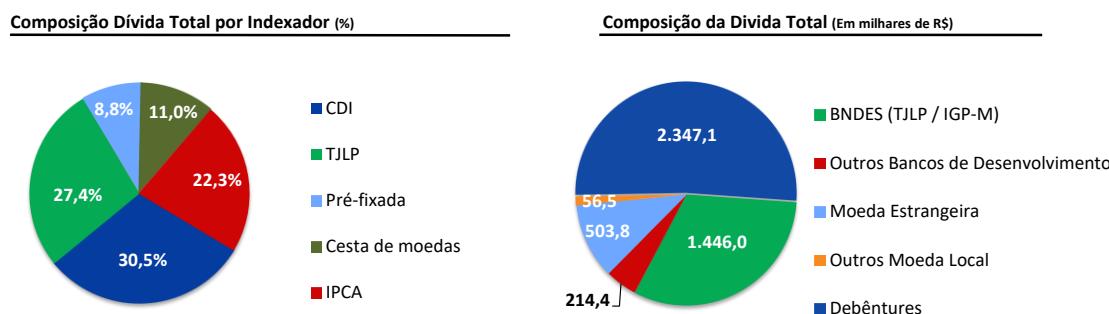
Em 31 de dezembro de 2016, a dívida da Alupar consolidada e suas subsidiárias em moeda estrangeira totalizou R\$ 503,8 milhões ou 11,0% do total da dívida, sendo R\$ 0,8 milhão financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 503,0 milhões alocados nos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

Além disso, em 31 de dezembro de 2016 as disponibilidades (caixas e equivalentes de caixas) da Alupar consolidada e suas subsidiárias somavam R\$ 934,3 milhões, R\$ 208,3 milhões superior aos R\$ 726,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015.

Da dívida consolidada, R\$ 839,3 milhões referem-se à Alupar – Holding, outros R\$ 3.169,1 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa, enquanto R\$ 559,2 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R\$ 370,8 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen; R\$ 31,3 milhões alocados na implantação da PCH Verde 8; R\$ 25,0 milhões alocados na implantação do reforço da ETVG e R\$ 132,2 milhões alocados na PCH Morro Azul na Colômbia.

Em 31 de dezembro de 2016, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.347,1 milhões ou 51,4% do total da dívida. As debêntures de emissão da Alupar - Holding representam um saldo de R\$ 834,3 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste e Energia dos Ventos representam um saldo de R\$ 1.512,8 milhões.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:



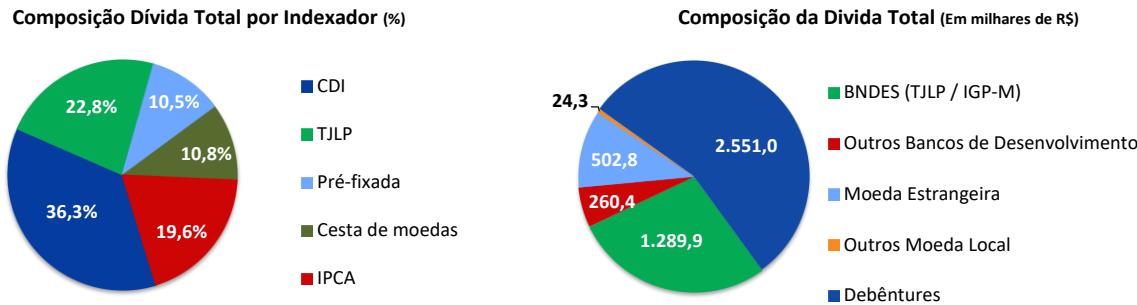
* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 2015, apenas 11% de nosso endividamento estava em moeda estrangeira, sendo R\$ 2,9 milhões financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 499,9 milhões para a implantação dos projetos de geração no Peru e na Colômbia, razão pela qual estamos pouco sujeitos ao risco da variação cambial.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 15 as disponibilidades (caixas e equivalentes de caixas) da Alupar e suas subsidiárias somavam R\$ 726,0 milhões, R\$ 99,8 milhões superior aos R\$ 626,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

Da dívida consolidada, R\$ 837,6 milhões referem-se à Controladora e outros R\$ 3.043,6 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e outros R\$ 747,2 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R\$ 96,1 milhões alocados na PCH Morro Azul (Risaralda), R\$ 403,8 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen, R\$ 223,0 milhões alocadas no Complexo Aracati (Energia dos Ventos) e R\$ 24,3 milhões alocados na implantação do reforço da ETVG.

Do total da dívida, R\$ 1.550,3 milhões são para projetos de infraestrutura (*project finance*) junto a bancos de fomento.

Em 31 de dezembro de 2015, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.551,0 milhões ou 55% do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R\$ 809,3 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste e Energia dos Ventos representam um saldo de R\$ 1.741,7 milhões.

* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes em nossas demonstrações financeiras no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição das empresas TCC e TPE - Leilões de Transmissão.

Em 4 de janeiro de 2017, a Companhia constituiu as empresas TCC- Transmissora Caminho do Café e TPE – Transmissora Paraiso de Energia S. A., com capital social de R\$ 1.000 e R\$ 1.000 respectivamente, representado por 1.000 e 1.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal respectivamente.

Constituição da empresa TSM - Leilões de Transmissão.

Em 21 de junho de 2017, a Companhia constituiu a empresa TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S. A., com capital social de R\$ 1.000, representado por 1.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

Aquisição de participação na empresa BJL Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("BJL")

Em 1º de novembro de 2017, a Companhia através de seu Conselho de Administração aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e de Cessão de Direito de Subscrição com a Apollo 12, que reflete a aquisição de 50% do capital social e votante da BJL SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Em 6 de fevereiro de 2018, através do Despacho nº 327, a ANEEL anuiu a operação de compra.

As seguintes investidas estão registradas nas demonstrações contábeis por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas em conjunto</u>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

O exercício findo das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado do exercício do resultado abrangente das demonstrações do valor adicionado e na mutação do patrimônio líquido consolidados.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. A seguinte IFRS nova e revisada emitida cuja data de adoção inicial ainda não se efetivou é a IFRS 16 que será a partir de 1º de janeiro de 2019.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Relativamente às nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o relatório do auditor independente não contém ressalvas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e também esclarecem que, a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram:

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R\$ 4.025.510 referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.5 e 15, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer nas demonstrações contábeis consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da administração da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGC, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretórias operacionais da Companhia e suas controladas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a administração, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada segmento de negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis no tocante, inclusive, quanto à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valorização do saldo de contas a receber (Ativo financeiro) da Concessão - Transmissoras - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações contábeis consolidadas um saldo significativo relacionado ao contas a receber (ativo financeiro) da concessão no montante de R\$ 4.323.510, conforme mencionado na nota explicativa 10, sendo esse saldo relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão em consonância com o contrato de concessão. O referido contrato de concessão assegura incondicionalmente à Companhia o direito de receber caixa ou equivalente de caixa em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando-se assim um ativo financeiro. Durante o período de concessão, o valor relativo ao contas a receber da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contrato de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte considerando-se uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia. Ao término do período de concessão é assegurado à Companhia o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido a relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados a valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP e taxa de desconto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições ao ativo

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiro da Companhia ocorridas durante o exercício, considerando a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo financeiro e gastos com manutenção reconhecidos no resultado do exercício bem como a natureza desses investimentos. Consideramos ainda, em base amostral, a conciliação entre os registros contábeis e movimentação do recebimento financeiro dos valores relativos à RAP. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia em suas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das nossas demonstrações financeiras requer que nossa administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas.

Nós e nossas controladas adotamos premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas por nós e nossas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos nossos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas praticadas pela Companhia encontram-se descritas abaixo.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomndo-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (“UC”), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2016.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público ("UBP") na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às SPEs controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa ("UGC")). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na CCEE e a TUSD.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (“**PIS**”) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“**COFINS**”) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“**ICMS**”) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 32. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“**IRPJ**”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“**CSLL**”):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Segmento Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil.

Receitas e despesas Financeiras

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures que são reconhecidas pelo método de juros efetivos

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

O grupo elaborou demonstrações por valor adicionado (“**DVA**”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de voto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nos seguintes temas:

- Imobilizado - Vida útil dos bens do imobilizado
- Intangível - Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros, inclusive ágio; - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Imposto de renda e contribuições sociais diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Ativo financeiro da concessão: estimativas sobre a contabilização de contratos de concessão; momento de reconhecimento do ativo financeiro; determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro e determinação das receitas de operação e manutenção.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Todos os ativos e passivos detidos pela nossa Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

- (b) natureza e o propósito da operação**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Para o desenvolvimento do nosso plano de negócios, nossas fontes de recursos são estruturadas com capital próprio e financiamentos de longo prazo (até 20 anos), idealmente na proporção de 70% dívida e 30% capital próprio. Em 31 de dezembro de 2017, possuímos 11 projetos de transmissão em implantação ou em fase de assinatura de contrato, sendo que seguem abaixo:

	Transmissoras	Tipo	Extensão	Investimento Total (R\$ Milhões)	Entrada em Operação
1	ELTE	Linha de Transmissão + Subestação	40	262,0	2018
2	TNE	Linha de Transmissão	715	1.427,9*	2018
3	ETAP	Linha de Transmissão + Subestação	20	287,9	2019
4	ETC	Subestação	-	151,0	2019
5	TPE	Linha de Transmissão + Subestação	541	1.268,7	2022
6	TCC	Linha de Transmissão + Subestação	288	698,8	2022
7	ESTE	Linha de Transmissão + Subestação	236	485,8	2022
8	TCE	Linha de Transmissão	200	US\$ 130,0	2021
9	TSM	Linha de Transmissão	330	889,0	2022
10	ETB (BJL)	Linha de Transmissão	446	720,5	2020
11	EDTE (IB)**	Linha de Transmissão + Subestação	170	368,0	2019

*Investimento inicial de R\$ 969,0 em set/11, atualizado pela inflação até dez/17 | **Em 31/12/2017 o ativo estava em fase de transferência para a ENTE

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Geradoras	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada ¹ (MW)	Investimento Total (Milhões)	Entrada em Operação
Verde 8	30,0	18,7	199,0	2018
Água Limpa	23,0	11,4	125,0	-
La Virgen	84,0	49,3	UDS 145,0	2018

¹ A energia assegurada do sistema elétrico brasileiro é a máxima produção de energia que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas ao longo dos anos, simulando a ocorrência de cada um dos milhares de possibilidades de sequências de vazões criadas estatisticamente, admitindo certo risco de não atendimento à carga, ou seja, em determinado percentual dos anos simulados, permite-se que haja rationamento dentro de um limite considerado aceitável pelo sistema. Na regulamentação atual, esse risco é de 5%. Desse modo, a determinação da energia assegurada independe da geração real e está associada às condições, a longo prazo, que cada usina pode fornecer ao sistema, assumindo um critério específico de risco do não atendimento do mercado (déficit), considerando principalmente a variabilidade hidrológica à qual a usina está submetida. Nos cálculos das energias asseguradas, são desconsiderados os períodos em que a usina permanece sem produzir energia por motivo de manutenções programadas e paradas de emergência. Considera-se energia assegurada de cada usina hidrelétrica, a fração, a ela alocada, da energia assegurada do sistema. A operação cooperativa do parque gerador brasileiro foi historicamente adotada, visando garantir o uso eficiente de recursos energéticos no país. Com a introdução da competição no segmento de geração de energia e o aumento do número de agentes, optou-se pela manutenção da operação centralizada das centrais geradoras hidrelétricas, visando a otimização do uso dos reservatórios e a operação com mínimo custo ao sistema.

Atualmente o portfólio de projetos em energia renovável, centrais hidrelétricas - fazendas eólicas e usinas solares fotovoltaicas, em desenvolvimento somam cerca de 2,3 GW de capacidade com investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões de investimento, dos quais cabe destacar os projetos a seguir elencados, os quais já se encontram em fase adiantada na obtenção das permissões para início de construção:

Geradoras em Estudo	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Investimento Total (R\$ Milhões)
Hidráulica	Volta Grande	24,0	190,0
	Verde 11	50,0	350,0
	Cruz Velha	30,0	170,0
	Porto da Bota	30,0	205,0
	Cutia Alto	30,0	200,0
	Salto	22,0	165,0
	COR 174	24,0	170,0
	COR 194	23,5	150,0
	COR 207	21,0	165,0
	COR 232	20,0	167,0
Eólica	E01a	48,5	251,0
	Jandaíra	193,2	1.179,5
	Pedro Avelino	147,0	912,5
Solar	Fontainha II	25,2	150,0
	Pitombeira	10,0	62,0
Total		698,4	367,5
			4.487,0

Ademais, cumpre ressaltar que não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c. novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos nossos negócios é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Anualmente, são selecionados projetos de cultura, esporte, saúde e de responsabilidade social com critérios previamente estabelecidos. Os aportes seguem especificamente a legislação aplicável e tem o acompanhamento sistemático desde a aprovação nos Ministérios competentes até sua efetiva implementação. Tem-se também como direcionador a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história. Estes projetos abrem um importante canal de comunicação com a comunidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o total investido pelo grupo foi de R\$ 5.214.000,00 em patrocínios via lei de incentivo à cultura (Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, Pronas, Pronon, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência.

Programas sociais e responsabilidade social

Estamos comprometidos com o desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atuamos, tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Neste sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que nossos empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde atuamos, desenvolvemos ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Anualmente, são selecionados projetos de cultura, esporte, saúde e de responsabilidade social com critérios previamente estabelecidos. Os aportes seguem especificamente a legislação aplicável e tem o acompanhamento sistemático desde a aprovação nos ministérios competentes até sua efetiva implementação. Temos também como direcionador a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que contenham os ingredientes que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história de um país tão diverso como o nosso.

Por meio do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, foram feitas doações para diversas instituições no estado São Paulo, dentre elas a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente).

Além, disso, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei Rouanet, foram realizados diversos projetos, dentre eles:

- Concertos Brasileiros – executado pela ACTC - Casa do Coração - Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente Cardíacos e aos Transplantados do Coração.
- Fazer Teatral – executado pelo Instituto Verdescola.
- Semeando Leitura – executado pela Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- 33ª Bienal de São Paulo – executado pela Fundação Bienal de São Paulo.

Associação de Balé de Cegos Fernanda Bianchini Adicionalmente, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei do Esporte foram realizados alguns projetos, entre eles:

- Confederação Brasileira de Rugby: Seleções Nacionais - Centros de alto rendimento ano III.
- Patrocínio a Torneio Ano V São Paulo Challenge's, no Estado de São Paulo.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em saúde, foram realizados investimentos em importantes centros de diagnóstico e pesquisa, sendo alguns deles: Hospital do Câncer de Barretos/SP e **Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (Hospital Pequeno Príncipe)**.

Além destes projetos, nós e nossas controladas fazemos doações mensais ao GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer) e ao Lar Betânia (abrigos para menores na cidade de Ferraz de Vasconcelos).